REVISTA IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO IX - NÚMERO 43 - BIMESTRAL - 2013
www.ibefrio.org.br

Cesar Scaramuzza, vice-presidente da ANBIMA

Carlos Thadeu Gomes, da CNC: os desafios da política monetária.

Sérgio Guerra, da FGV: o verdadeiro papel das agências reguladoras.

Hyung Mo Sung, CEO da Zurich, recomenda olhos abertos no mercado.

Hans-Ulrich Tanner, consul da Suiça, enaltece a relação com o Brasil.

Leila Mariano, presidente do TJ Rio: sociedade brasileira vai à justiça.

IBEF
Rio de Janeiro

agência mood³

AEROPORTO DE QUITO, NO EQUADOR, O NOVO VOO DO GRUPO CCR.

O **Grupo CCR** anuncia a inauguração do novo aeroporto de Quito, no Equador, o Mariscal Sucre. É a excelência de um dos maiores grupos de infraestrutura brasileiros agora também no céu.

O Grupo CCR é uma das maiores empresas de infraestrutura do mundo em concessão de rodovias, mobilidade urbana e serviços. Mas, quando o assunto é impulsionar o desenvolvimento, o céu é o limite. Por isso a CCR, por meio de sua concessionária Quiport, acaba de anunciar a inauguração do novo Aeroporto Internacional de Quito, no Equador. Para o crescimento do Brasil e da América Latina, é mais um grande voo.

É por aqui que a gente chega lá.

CCR

grupoccr.com.br

Editorial

A redistribuição da renda petrolífera - royalties mais participações especiais - ORDEM E PROGRESSO.

É isso aí! Parabenizo a todos os políticos que votaram a favor da redistribuição da renda petrolífera - royalties mais participações especiais, atropelando os direitos dos estados produtores, atropelando os acordos e compromissos assumidos por esses estados com base em contratos legais firmados no passado e sob um pacto federativo.

Parabenizo a todos esses políticos que estão tentando a todo custo levar para seus estados um pouco dos recursos que Rio de Janeiro, Espirito Santo e São Paulo vinham recebendo legalmente por abrigarem em seus territórios a pesada logística da extração do petróleo e os riscos ambientais dessa indústria.

Estão de parabéns os competentes políticos que de forma arquitetada, coesa, unida e com profundo espírito de defesa dos ilegítimos interesses de seus currais eleitorais derrubaram os vetos da Presidente Dilma sobre matéria que irá beneficiar seus estados em detrimento de outros. Afinal os outros que se danem ... o importante é isso aí. Usar sempre a Lei de Gerson ... o importante nesse país é se dar bem em tudo independentemente da forma, legalidade, ética ou qualquer outra lei existente!

Estão de parabéns esses políticos que mais uma vez deram ao povo brasileiro e ao mundo um belo exemplo de desrespeito aos contratos e às leis, vencendo no Congresso um importante capítulo para a ORDEM E PROGRESSO da nação.

Marcos Chouin Varejão
Abril 2013

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Celso Scaramuzza, vice-presidente da ANBIMA.

INTERNACIONAL.....5
Sai o índice de desenvolvimento humano da ONU e Brasil está estagnado.

OPINIÃO.....8
Hans-Ulrich Tanner.
Brasil e Suiça, dois grandes parceiros econômicos e culturais.

OPINIÃO.....10
Carlos Gomes e Marianne Lorena Hanson.
Desafios para a política monetária.

INTERNACIONAL.....12
Emprego e infraestrutura, desafios de Obama e Dilma para 2013.

INTERNACIONAL.....14
Luiz Felipe Alves. Razão e emoção nas operações de fusões & aquisições.

OPINIÃO.....14
Eduardo Bezerra. Estratégia de crédito: elemento chave para impulsionar o crescimento.

INTERNACIONAL.....18
Felicidade como fator econômico de um país.

NACIONAL.....20
Fundos de investimentos – como investir?

OPINIÃO.....21
Claudio Bruni.
Como avaliar o risco dos fundos de investimentos imobiliários.

ECONOMIA VERDE.....22
Coluna de informação.

DAY TRADE.....24
Coluna de informação.

OPINIÃO.....26
José Domingos Vargas.
Agências de fomento: uma reflexão sobre seu papel na economia do século XXI.

OPINIÃO.....28
Hamilton Picolotti.
Perspectivas das cervejas no Brasil.

PERFIL.....30
Porto Seguro.

OPINIÃO.....33
Sérgio Guerra.
Agências reguladoras: entre governança e governabilidade.

OPINIÃO.....35
Camila Márcia Contato Lamberti.
Existe um design cerâmico brasileiro?

OPINIÃO.....38
Luiz Lissner.
Crescimento geográfico e sustentável avançam com o Brasil.

OPINIÃO.....40
Leila Mariano. Sociedade vai à Justiça.

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL.....42
Pesquisa Global Monitor x IBQP .

MERCADO DE CAPITAIS.....43
Informações do mercado financeiro.

OPINIÃO.....44
Hyung Mo Sung. Olhos no mercado.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Rosane M. Lohbauer, Rodrigo S. Barata e Fernando B. Gallacci.
11ª Rodada de Petróleo e Gás Natural define regras

INTERNACIONAL.....48
Mais de 100 milhões de passageiros voaram em 2012, segundo dados da ANAC.

Private Banking: conjuntura econômica estimula investidor a buscar diversificação e fortalece planejamento financeiro em 2013.

Celso Scaramuzza, vice-presidente da ANBIMA

Para atender a demanda, instituições já começam a se adaptar às novas exigências do Código de Regulação e Melhores Práticas, que prevê maior qualificação dos bankers

A redução dos juros ao longo de 2012 promoveu uma mudança no comportamento dos investidores de Private Banking em direção a alternativas de produtos menos conservadores, de menor liquidez e com prazos mais longos. Neste ano, o segmento espera que o investidor busque mais opções de diversificação e passe a se envolver cada vez mais nas etapas do planejamento financeiro. A análise foi divulgada pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), que divulgou o desempenho do segmento em 2012.

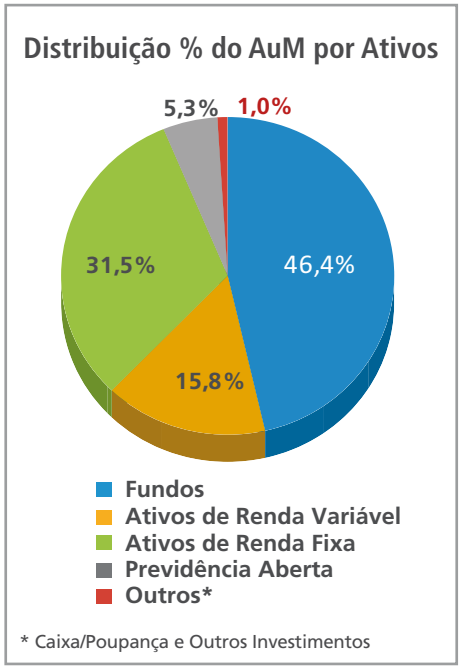
"O crescimento da alocação em fundos multimercados e produtos estruturados é reflexo dessa nova conjuntura. O segmento já vem se preparando há alguns anos para esse cenário. Inicialmente com a implantação do API (Análise do Perfil do Investidor), que começou em 2009. Agora estamos dando mais um passo relevante, com as exigências de certificação dos profissionais que atuam no Private Banking", afirma Celso Scaramuzza, vice-presidente da ANBIMA.

A partir deste ano, as instituições aderentes ao Código de Regulação e Melhores Práticas de Private Banking começarão a se adaptar às novas exigências, que envolvem o aumento no número de profissionais com certificação CFP e também mudanças na política de capacitação profissional dos gerentes.

Private Banking no Brasil - Dez/12	
POSIÇÃO DE AuM	**R$ 527,3 bi**
Var % no Ano	21,4%
FUNDOS	**R$ 244,6 bi**
Fundos Abertos	**R$ 109,9 bi**
Fundos Próprios	R$ 91,8 bi
Fundos Terceiros	R$ 18,1 bi
Fundos Exclusivos/ Restritos	**R$ 109,7 bi**
Fundos Estruturados	**R$ 25,0 bi**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	**R$ 249,5 bi**
Renda Variável	R$ 83,4 bi
Renda Fixa	R$ 166,1 bi
CAIXA / POUPANÇA	**R$ 4,1 bi**
PREVIDÊNCIA ABERTA	**R$ 27,9 bi**
OUTROS INVESTIMENTOS	**R$ 1,2 bi**
POSIÇÃO DE CRÉDITO	**R$ 14,5 bi**
PROFISSIONAIS DE ATENDIMENTO *	**1.649**
Profissionais com CFP	438
NÚMERO DE CLIENTES	**48.802**

* O total de Profissionais com CFP está contido no total de profissionais.

VOLUME DE ATIVOS SOB GESTÃO NO SEGMENTO PRIVATE ATINGE R$ 527 BI



"Estamos próximos à meta para 2014, com 39,7% dos bankers com CFP, e vamos começar a implementar nas instituições os prazos para a capacitação contínua dos gerentes. Essas ações serão acompanhadas pela equipe de Supervisão da ANBIMA, que neste primeiro momento vai fazer um trabalho de orientação nas instituições", explica João Albino, presidente do Comitê de Private Banking.

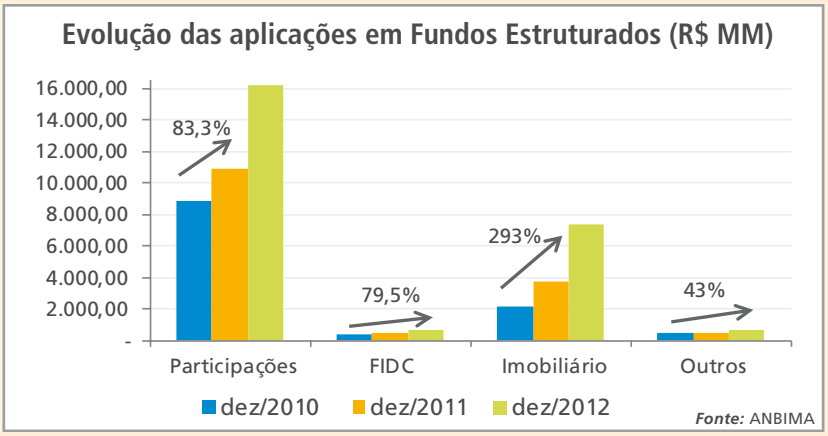
"A maior complexidade do cenário atual tem levado os clientes a se preocuparem mais com o processo de planejamento financeiro, com as famílias e herdeiros se envolvendo mais no processo. Essa é uma tendência que deve se fortalecer em 2013", relata Albino.

RESULTADOS EM 2012

Em 2012, o volume total de ativos sob gestão no segmento Private cresceu 21,4%, atingindo R$ 527,3 bilhões. Entre 2011 e 2012, observa-se o aumento do volume médio de recursos por cliente de R$ 8,7 para R$ 10,8 milhões e uma ligeira queda no número de clientes (-3,6%), o que parece explicitar uma redefinição, pelo mercado, do porte do cliente para classificação como private.

Regionalmente, o volume de recursos segue concentrado no Sudeste (79,4%), embora a maior taxa de crescimento tenha se registrado na Região Nordeste. A distribuição dos recursos,

Destaque de 2012



Dentre os recursos do segmento Private aplicados em Fundos de Investimento, destacou-se, em 2012, a categoria Fundos Estruturados, que registrou a maior taxa de crescimento em relação a 2011 (59,6%). Este desempenho deveu-se, majoritariamente, à categoria de Fundos Imobiliários, que cresceu 95,3%, seguido de Fundos em Participações (49,2%) e FIDCs (37,7%). Os números evidenciam a busca deste segmento de investidor por alternativas mais rentáveis e com prazos mais longos de maturação do investimento.

de um modo geral, reflete um movimento em direção a alternativas menos conservadoras, que oferecem retornos mais elevados e, por outro lado, mais risco.

Dos recursos aplicados diretamente em Títulos e Valores Mobiliários, a parcela alocada em Renda Fixa, em relação ao total de ativos, reduziu-se de 36,7% em 2011, para 31,5% em 2012, enquanto a de Renda Variável subiu de 14,5% para 15,8%. Já a parcela investida em Fundos de Investimento concentra-se na categoria Multimercados e, em relação ao total de ativos, elevou-se de 43% em 2011 para 46% em 2012, com maior taxa de crescimento na categoria de Fundos Estruturados.

As aplicações em Previdência Aberta continuam se expandindo, com crescimento de 44,6% em relação a 2011. Esses números parecem refletir a resposta dos investidores ao movimento de redução dos juros e à necessidade de maior planejamento patrimonial. Vale mencionar a redução do ritmo de crescimento da captação de crédito (123% em 2011 contra 50,9% em 2012), seguindo concentrada no setor de Agronegócio.

Sai o índice de desenvolvimento humano da ONU e Brasil está estagnado.

Noruega, Austrália e Estados Unidos são os primeiros colocados no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), composto por 187 países e territórios, que avalia os avanços nacionais nas áreas de saúde, educação e renda. Do outro lado, a República Democrática do Congo, o Níger e Moçambique registram a menor pontuação na medição. Os dados são do novo Relatório de Desenvolvimento Humano 2013, publicado em março último pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O Brasil ocupa a 85ª posição no IDH. Embora tenha apresentado crescimento de 24% entre 1990 e 2012 – saiu de 0,590 para 0,730 – o país não mudou de posição em relação a 2011. A boa notícia é que o número mantém o país no grupo dos países de "Desenvolvimento Humano Alto".

Sua posição em relação aos demais classificados é positiva se comparado a outros emergentes, como a China (101ª), África do Sul (121ª) e Índia (136ª). Três fatores beneficiaram o Brasil: ser um Estado proativo no domínio do desenvolvimento; a exploração de mercados mundiais e uma aposta numa política social inovadora. "A aplicação de programas inovadores bem conhecidos no Brasil, Índia e México – programas de transferência condicionada de renda e de garantia de emprego rural – são exemplos de um vivo interesse na promoção de uma distribuição mais equitativa das oportunidades econômicas e sociais", aponta o Relatório.

O Brasil também foi mencionado como um país que está em plena ascensão quando o assunto é erradicação da pobreza. Foi reduzida de "forma drástica a percentagem da sua população em situação de pobreza de rendimentos – o Brasil de 17,2% da população em 1990 para 6,1% em 2009". Outros países citados foram a China – de 60,2% em 1990 para 13,1% em 2008 e a Índia, de 49,4% em 1983 para 32,7% em 2010.

Um dos destaques do documento trata da responsabilidade do Território Sul, que, no seu conjunto, ocupa a metade do produto mundial, contra

"O documento também afirma que o produto combinado das três principais economias do mundo em desenvolvimento – o Brasil, a China e a Índia – é quase igual ao PIB das antigas potências industriais, que são: Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos".

cerca de um terço em 1990. Os PIBs combinados de oito dos grandes países em desenvolvimento – Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia – equivalem atualmente ao PIB dos Estados Unidos, que ainda é a maior economia do mundo. Há oito anos, o peso econômico dessas nações praticamente não atingia a metade do país americano.

O documento também afirma que o produto combinado das três principais economias do mundo em desenvolvimento – o Brasil, a China e a Índia – é quase igual ao PIB das antigas potências industriais, que são: Canadá, França, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos. "Até 2050, prevê-se que Brasil, China e Índia, em conjunto, sejam responsáveis por 40% do produto mundial. A ascensão do Sul tem decorrido a uma velocidade e escala sem precedentes." Grande parte desta expansão é impulsionada por novas parcerias comerciais e tecnológicas no seio da própria região Sul. www.megafr

Cerca de 40 países em desenvolvimento registraram ao longo das últimas décadas progressos mais significativos do que o previsto em termos de desenvolvimento humano. Essas conquistas são em grande parte atribuídas ao investimento contínuo em educação, saúde e programas sociais, bem como a um relacionamento mais aberto com um mundo cada vez mais interligado.

O IDH é um índice medido anualmente pela ONU com base em indicadores de renda, saúde e educação. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

OS DEZ PRIMEIROS NO IDH

POSIÇÃO	PAÍS	2011	2012
1	Noruega	0,953	0,955
2	Austrália	0,936	0,938
3	Estados Unidos	0,936	0,937
4	Holanda	0,921	0,921
5	Alemanha	0,919	0,920
6	Nova Zelândia	0,918	0,919
7	Irlanda	0,915	0,916
8	Suécia	0,915	0,916
9	Suíça	0,912	0,913
10	Japão	0.910	0,912

WMcCANN | BRADESCO

Hoje,
sua empresa tem
mais oportunidades
do que barreiras.

Há 70 anos, o Bradesco amplia o crédito por você.

Crédito sujeito a aprovação.

70 anos

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933
bradesco.com.br
twitter @Bradesco
Curtir facebook.com/Bradesco

Bradesco

Brasil e Suiça, dois grandes parceiros econômicos e culturais.

*Hans-Ulrich Tanner**

As relações da Suíça com o Brasil começaram no início do século XIX, quando comerciantes suíços descobriram o mercado brasileiro. Ao escrever sobre assunto, sinto-me muito orgulhoso por poder representar a Suíça no Rio de Janeiro, cidade na qual foi aberta a primeira representação consular suíça no exterior, em 1819.

Desde então, tanto a Suíça como o Brasil chegaram ao século XXI. O Brasil de hoje é politicamente estável, renovado socialmente e com uma economia forte e desenvolvida. A economia suíça soube aproveitar o crescimento econômico de seu mais importante parceiro comercial na América Latina. Nossas negociações comerciais bilaterais com o Brasil aumentaram quase 55% entre 2000 e 2011, e a exportação suíça para o Brasil, praticamente duplicou no mesmo período. As 350 empresas suíças situadas no Brasil contam com mais de 100.000 funcionários.

A parceria estratégica celebrada em agosto de 2008, entre a Suíça e o Brasil, assim como uma cadeia de contratos bilaterais criam espaço para uma estreita colaboração entre os dois países. Apesar deste desenvolvimento satisfatório, o potencial promissor do mercado brasileiro, com seus quase 200 milhões de habitantes e com uma classe média crescente, ainda não está esgotado segundo a perspectiva suíça. Por este motivo, a Suíça tem a ambição de continuar com a liberalização do comércio com o Brasil e, em longo prazo, seu objetivo principal é a conclusão de um acordo bilateral, no setor da proteção dos investimentos assim como a admissão de negociações de livre-comércio entre a AELC e o MERCOSUL.

No inverno de 2014 será dado o primeiro chute da Copa do Mundo no Brasil. Até lá os estádios precisam estar prontos para receber milhões de torcedores. Também para os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro serão construídos vários estádios e a infraestrutura será expandida para acolher o grande número de esportistas e visitantes. São projetos de valor altíssimo que oferecerão possibilidades de negócios muito interessantes para as empresas suíças.

A Suíça está pronta para o sinal de partida dos mega eventos e marcará presença durante os Jogos Olímpicos com uma “Casa da Suíça”. O Consulado Geral no Rio de Janeiro está no processo de avaliação de diversos locais que poderiam hospedar a “Casa da Suíça”.

Desde os Jogos Olímpicos de inverno de 1998, na cidade japonesa de Nagano, a “Casa da Suíça” deixou de ser um simples restaurante para se transformar em uma plataforma representativa para a economia, o turismo e a cultura suíça.

Genebra - Lago Le Man

Berna

"A Casa da Suíça" nos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro não será somente ponto de encontro os responsáveis pela tomada de decisões do mundo esportivo, econômico e político, mas antes de tudo será também um local ativo de encontro e de troca com a população brasileira.

Para finalizar, gostaria de tratar de um assunto muito significante que é a relação econômica entre a Suíça e o Brasil.

Segundo a escala da FIFA, a seleção suíça entrou pela primeira vez na história do futebol, domínio da seleção brasileira. A equipe da Suíça conseguiu alcançar o 18º lugar, o que a deixa bem próxima do décimo segundo lugar ocupado atualmente pela seleção brasileira.

No dia 14 de agosto de 2013, a seleção suíça encontrará em um jogo-teste com o penta campeão mundial, e anfitrião da Copa 2014, no estádio St. Jakob-Park em Basel. Esperamos que este jogo crie o prelúdio do jogo sério em 2014, no Rio de Janeiro. Se o futebol crescer conforme o ritmo das relações econômicas estabelecidas no início do século XIX, a seleção suíça se qualificará para a Copa do Mundo e estará presente no Rio de Janeiro.

**** Cônsul geral da Suíça no Rio de Janeiro.***

Desafios para a política monetária.

*Carlos Thadeu de Freitas Gomes e Marianne Lorena Hanson**

Durante muito tempo acreditou-se que o Sistema de Metas de Inflação não só era o conjunto de regras de política monetária mais eficaz para manter a inflação sob controle, como também era capaz de promover a estabilidade macroeconômica como um todo, suavizando os ciclos econômicos. De fato, desde sua adoção e consolidação por boa parte dos Bancos Centrais pelo mundo na década de 90, experimentou-se um longo período de crescimento moderado e estabilidade de preços.

O Sistema de Metas de Inflação foi introduzido pela primeira vez pelo Banco Central da Nova Zelândia em 1988. Ele consiste em conjunto de regras que visa criar uma âncora de política monetária baseada nas expectativas dos agentes. Ao se comprometer exclusivamente com uma meta para a inflação e ajustar a taxa de juros para o alcance dessa meta, a política monetária atua diretamente sobre as expectativas e a demanda agregada converge para o pleno emprego no longo prazo. A transparência na comunicação e a credibilidade da autoridade monetária são premissas essenciais para esse modelo.

No entanto, o período de "grande moderação" precedeu a crise financeira mais aguda desde a grande depressão. O sistema não foi capaz de impedir desequilíbrios macroeconômicos relacionados ao

"Países com elevado patamar de endividamento também tiveram que adotar políticas macro prudenciais – através de instrumento regulatórios – para lidar com desequilíbrios financeiros."

endividamento excessivo de famílias, empresas e governos, além da sobre alavancagem do sistema financeiro que culminaram no colapso do mercado de crédito nos países desenvolvidos. O arcabouço de regras rígidas do Sistema de Metas de Inflação também não fornecia instrumentos para tratar das consequências dessa crise. Os canais tradicionais de política monetária deixaram de funcionar, a taxa de juros foi rapidamente trazida para patamares próximos a zero e outros instrumentos foram criados para prover expansão monetária - as políticas de "*quantitative easing*".

Adicionalmente, para lidar com os efeitos das políticas monetárias quantitativas e de taxa de juros reais negativas, foinecessária a adoção de políticas macro prudenciais por países com diferenciais de juros e de crescimento, como o Brasil, que foram afetados com forte influxo de capitais e valorização de ativos. Países com elevado patamar de endividamento também tiveram que adotar políticas macro prudenciais – através de instrumento regulatórios – para lidar com desequilíbrios financeiros. A política monetária tradicional pode estimular desequilíbrios nos fluxos de capitais, no mercado de crédito e no preço de ativos e moedas. No entanto, a taxa de juros não mostrou ser o único instrumento adequado para lidar com o problema.

A política monetária teve que se adaptar aos tempos de crise. Com o risco iminente de uma prolongada recessão e a manutenção de taxas de desemprego em patamares muito elevados, as metas para inflação foram colocadas de lado. A crise atual de endividamento público engessa a política fiscal e coloca a política monetária ainda mais em evidência, colaborando, inclusive, com a própria redução da dívida através da repressão financeira. Os bancos centrais da Zona do Euro e dos Estados Unidos saíram na frente e sinalizaram que aceitam uma taxa de inflação maior para não comprometer a recuperação econômica. O presidente do Banco Central do Canadá, Mark Carney, sugeriu recentemente a adoção de metas para o PIB nominal em substituição às metas de inflação. Outras propostas incluem a mudança para uma meta de nível de preços, que absorva choques positivos e represente um custo menor para o nível de atividade.

No Brasil, a política monetária também foi flexibilizada para combater os efeitos adversos da liquidez excessiva proveniente da expansão monetária sem precedentes dos países centrais. Para conter os efeitos do forte influxo de capitais sobre os preços dos ativos, mercado de crédito e câmbio, uma política monetária tradicional anticíclica, ao aumentar o diferencial de juros, poderia agravar o problema. Contudo, apesar do uso de políticas macroprudencias, tais como requerimentos de capitais, barreiras aos fluxos de capitais, intervenções no mercado de câmbio, ter tido sucesso ao evitar uma fragilidade financeira e reduzir volatilidades nocivas, não conseguiu evitar os efeitos dos choques externos sobre preços e atividade.

**** Carlos Thadeu de Freitas Gomes é chefe da Divisão Econômica da CNC. Marianne Lorena Hanson é economista da CNC.***

Emprego e infraestrutura, desafios de Obama e Dilma para 2013.

Em 2012, o Brasil atingiu o menor índice anual de desemprego da série histórica, iniciada em março de 2002, fechando o ano em 5,5%, somando 23,4 milhões de pessoas empregadas. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado de dezembro último também foi o menor do período avaliado, fechando com 4,6%. O recorde anterior havia sido registrado em dezembro de 2011.

Para o Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, o resultado positivo é reflexo das ações políticas de incentivo, entre outras. "Essa taxa histórica demonstra que o mercado de trabalho brasileiro continua aquecido em todas as formas de ocupações. Reflete também o êxito das políticas de incentivo à produção e das medidas adotadas pela presidenta Dilma Rousseff para enfrentamento da crise, como a queda na taxa de juros e as desonerações que impulsionaram o consumo e, consequentemente, a geração de empregos, independente do cenário internacional ainda instável. É mais um indicador de que a economia e o mercado de trabalho estão no caminho certo".

“ No Brasil, a modernização da infraestrutura tem apresentado resultados positivos, com o lançamento de um pacote de concessões para diversos setores da economia.”

O fortalecimento do emprego e do mercado interno deverá ser mantido como estratégia do governo para continuar a enfrentar a crise econômica em 2013. De acordo com o ministro, a aceleração da economia brasileira deve contribuir para a criação de novos empregos.

Na maior economia do planeta, nos Estados Unidos, a geração de empregos está entre os desafios econômicos na gestão do presidente Barack Obama. Embora o país tenha já saído da crise, com expansão de 2,2% em 2012, ainda há falta de 11 milhões de vagas de emprego. Investimentos em infraestrutura, treinamento de mão de obra, ampliação do mercado externo, reforma tributária e desenvolvimento de fontes energéticas sustentáveis também estão na pauta do presidente.

Uma das possíveis portas para alavancar o crescimento de emprego americano, é o investimento em infraestrutura. E neste quesito, o país vai bem. Segundo o Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, os Estados Unidos ocupam a 18ª posição em ferrovias, 19ª em portos, 20ª em estradas, 30ª em aeroportos e 33 em sistema elétrico.

A Sociedade Americana de Engenheiros Civis fez um cálculo: a diferença entre o investimento necessário em infraestrutura e o projetado entre 2012 e 2020 é de US$ 1,1 trilhão, podendo custar no período 3,5 milhões de empregos, US$ 1 trilhão em negócios, US$ 1,1 trilhão em comércio exterior e, no total, US$ 3,1 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB). A busca pela qualificação profissional também é um dos desafios, e pode ser uma alternativa para o crescimento nos Estados Unidos. Há vagas na indústria – cerca de 600 mil de acordo com levantamento feito pela consultoria Deloitte – porém não há profissionais especializados no setor.

No Brasil, a modernização da infraestrutura tem apresentado resultados positivos, com o lançamento de um pacote de concessões para diversos setores da economia. Prova disso foram os investimentos para o setor elétrico, que já apresentou redução de tarifas de energia aos consumidores. Os grandes programas de concessão anunciados pelo governo - de aeroportos, que já está em curso, o de ferrovias (10 mil km) e rodovias (7,7 mil km), portos e energia elétrica – devem alcançar R$ 370 bilhões nos próximos anos. Essa projeção não inclui o trem de alta velocidade, a Copa de 2014 e as Olimpíadas.

Além do pacote de concessões, segundo números do governo, 38,5% das obras e ações de grande complexidade da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foram concluídas, com 272,7 bilhões de reais executados até agora. No entanto, obras importante para o país, como as dos estádios para a Copa da Confederações e Copa do Mundo não foram concluídas no tempo previsto.

Razão e emoção nas operações de fusões & aquisições.

*Luiz Felipe Alves**

Cada vez mais as expectativas em relação ao diferencial da economia brasileira vêm se materializando. Não somos mais uma promessa, mas uma potência emergente. O cenário econômico propicia que empresas nacionais de pequeno e médio portes sejam abordadas por uma gama variada de investidores brasileiros e de outras partes do mundo, com o objetivo de avaliar uma estratégia de crescimento para seus negócios, considerando venda parcial ou total, fusão ou ainda qualquer outro tipo de transação.

Especificamente em relação às fusões & aquisições, houve um novo recorde de operações no ano de 2011, segundo a KPMG. Ao total foram 817 operações, 12,5% superior as 726 registradas em 2010. Ainda de acordo com o estudo, de janeiro a setembro desse ano, foram efetuadas 640 transações, incremento de 5,6% quando comparado ao mesmo período no ano anterior – o que pode ser considerada a melhor marca já registrada neste período. Assim como nos outros anos, os negócios envolvendo estrangeiros nestes nove primeiros meses de 2012 também registraram alta (390 contra 313 registrados em 2011). O índice constata que o interesse das companhias estrangeiras em aquisições no Brasil permanece forte, apesar da crise econômica internacional.

Considerando este cenário, fica o questionamento de como o empreendedor brasileiro, principalmente o pequeno e médio, deve se preparar para este momento de acesso ao capital e compartilhamento do risco de crescimento com parceiros financeiros ou estratégicos.

Por outro lado, esses investidores estão cada vez mais seletivos na identificação de empresas com alto potencial de crescimento, gestão e rentabilidade.

Com isso, o assessor financeiro precisa lidar e gerenciar diariamente uma série de desafios, dentre os quais se destacam: a diferença de percepção entre preço e valor da empresa; negociação e disputa entre as partes para mostrar que os dois juntos podem ir mais longe; racionalidade e ego, principalmente dos assessores financeiros; gestão e empreendedorismo – como contornar a situação quando a empresa depende diretamente da presença do fundador; governança e informalidade – vale a pena estar na total formalidade para ampliar o valor da empresa; saber ouvir e entender bem os objetivos do empreendedor para fazer o negócio; ter equilíbrio, afinal o processo não é uma guerra e sim um alinhamento de objetivos; e por fim, a questão do choque cultural, pois normalmente o empreendedor não está habituado aos protocolos deste processo, seus prazos e as referências utilizadas para valorar o negócio.

Entendidos e gerenciados esses desafios, a contratação de um assessor qualificado, objetivando capturar algumas dimensões não técnicas e, principalmente, o controle psicológico da negociação, é muito importante. O alinhamento entre preço e valor da empresa, gestão dos egos, documentação organizada, informações financeiras e gestão/governança são as principais barreiras a serem vencidas.

** Presidente da Cypress - Assessoria Financeira especializada em Fusões e Aquisições e Mercado de Capitais.*

Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.

AgeRio: uma agência de fomento, diversas soluções

Porque sabemos que a pluralidade do Estado do Rio de Janeiro merece ser tratada de forma especial

A AgeRio atende o setor privado com amplitude e especificidade, do microempreendedor à grande empresa. Nossos produtos contemplam as necessidades de capital de giro, máquinas e equipamentos, ecoeficiência, investimento fixo e misto, turismo, locadoras de veículos e franquias.

Para o setor público, a AgeRio oferece produtos customizados desde a compra de ambulâncias até o desenvolvimento da infraestrutura de um município inteiro.

Acesse www.agerio.com.br e descubra a melhor solução financeira para o seu empreendimento.

ouvidoria@agerio.com.br

AgeRio

AGERIO
Agência Estadual de Fomento

Governo do Rio de Janeiro
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

Estratégia de crédito: elemento chave para impulsionar o crescimento.

*Eduardo Bezerra**

Foto: Sérgio Zacchi / Divulgação Monsanto

A maioria das companhias quando estabelece seus planos de crescimento e suas estratégias para aumentar a sua rentabilidade muitas vezes se esquecem de um fator determinante para a sustentabilidade do seu crescimento: a sua capacidade de expandir e de ampliar o crédito dado a seus clientes para alavancar o crescimento.

Estabelecer uma estratégia de crédito vencedora é papel preponderante das organizações que atuam em segmentos de mercado onde a necessidade de financiamento das vendas a seus clientes é um elemento-chave e, muitas vezes, diferencial no momento de formalizar negócios com seus clientes.

No setor agrícola, essa necessidade é ainda mais relevante devido à falta de ferramentas de financiamento de capital de giro disponíveis para os agricultores que, em sua grande maioria, recorrem à industria de implementos agrícolas para poder financiar suas compras dado o ciclo muito longo do negócio (manejo da terra até a colheita).

Na Monsanto do Brasil, a realidade não é diferente. Por esse motivo, a estratégia de crédito faz parte dos planos de negócios de cada divisão. Com o intuito de antever e, proativamente, antecipar as necessidades de negócios, essa estratégia é conduzida por meio de um time multifuncional, envolvendo as áreas de Vendas, Finanças, Marketing e de Desenvolvimento de Produto. A necessidade de gerenciamento do risco de portfólio, entre os diversos cultivos e prazos,

requer uma visão de curto, médio e longo prazo que atenda aos seguintes requisitos:

- Capacidade de expansão dos limites de crédito pré-existentes;

- Alocação de recursos determinado por uma relação risco x retorno de cada produto;

- Balanceamento do risco da empresa e risco compartilhado com entidades de financiamento (bancos, seguradoras, etc);

- Capacidade de alavancagem da entidade local;

Com esse intuito, buscamos balancear um mix de vendas que atenda aos nossos clientes, assegure um gerenciamento adequado das necessidades de capital de giro e minimize o risco potencial do nosso portfólio. Para tanto, fazemos uso de várias ferramentas de financiamento existentes no mercado tais como: securitização de recebíveis - por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditório (FIDC) -, financiamentos com risco compartilhado com agentes financeiros, utilizamos seguro de crédito, operamos com financiamento via crédito rural e "vendor". Outra ferramenta muito importante para nossos clientes é a utilização da "troca" (ou barter), operação em que o cliente se compromete a pagar as suas compras por meio da cessão da comercialização de seus produtos (grão produzido). Ao mesmo tempo, definimos um modelo de crédito baseado em valor, pelo qual os nossos clientes ampliam sua capacidade de crédito à medida que compram produtos de maior valor agregado e com maior rentabilidade. Por fim, asseguramos que a liquidez existente no mercado seja maximizada por meio de vendas à vista.

Cada vez mais as empresas precisam incluir nos seus planos de negócios o desenvolvimento de estratégias de crédito para não ficar à mercê do mercado e da disponibilidade (limitada) de recursos do governo ou de instituições financeiras.

**** Diretor financeiro e de estratégia corporativa da Monsanto do Brasil.***

Felicidade como fator econômico de um país.

Estudos comprovam: a felicidade está ligada diretamente às questões financeiras de um indivíduo. Pesquisadores da London School of Economics divulgaram recentemente que pessoas tristes possuem mais problemas financeiros do que as felizes, e chegam a ganhar 30% a menos. Paul Dolan, Professor de Ciência do Comportamento da Universidade, em conjunto com Oliver Harrison, diretor de Estratégia da Autoridade de Saúde de AbuDhabi, registrou em artigo a afirmação que diz que uma vida boa tem que ser medida individualmente, e que há evidências comprovadas cientificamente que um povo mais feliz é mais saudável, produtivo e resistentes a choques externos, como o desemprego.

A relação entre dinheiro e felicidade é um assunto discutido em níveis internacionais. Foi um dos temas do 43º Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), realizado em Janeiro último em Davos, Suíça. O encontro, marcado por um cenário de recessão na Europa, crescimento tímido da China e Índia, e Estados Unidos em recuperação, abordou a inclusão da felicidade e o bem-estar para se alcançar a prosperidade, ou satisfação de um país, medido até mesmo para além do Produto Interno Bruto (PIB).

Para o Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, a medida da felicidade de um povo não pode ser comprovada apenas pelo PIB do país. Para ele, o PIB per capita é apenas uma estatística, e dá exemplos de fatores que deveriam ser levados em consideração, como a produtividade do setor público, o sentimento de insegurança, entre outros. “O PIB pode crescer e o indivíduo não sentir o impacto na sua vida”, destacou.

Joseph Stiglitz, nobel da economia de 2001

"Para o Prêmio Nobel Joseph Stiglitz, a medida da felicidade de um povo não pode ser comprovada apenas pelo PIB do país."

Outros estudos acadêmicos também já foram realizados sobre o tema, e revelaram que pessoas tristes fazem escolhas erradas quando se trata de finanças pessoais. Em um estudo recente conduzido pelos departamentos de psicologia das Universidades de Harvard e Columbia, nos Estados Unidos, mostrou que uma pessoa triste é mais impaciente e frequentemente irracional. Por conta disso, possui mais problemas com as finanças pessoais, dívidas do cartão de crédito e financiamentos, empréstimos e seguros duvidosos. A combinação de tristeza e consumo em excesso pode levar a um ciclo em que o próprio hábito de gastar leva a alterações de humor. O mesmo estudo apontou a relação entre as emoções e escolhas econômicas. "O amor impulsiona a decisão de propor ou aceitar o casamento. Raiva pode levar a uma separação. O medo leva à decisão de abandonar a casa em meio a um desastre", dizem os pesquisadores.

Os resultados dessas pesquisas já estão sendo utilizadas no dia-a-dia das empresas de cartões de crédito dos Estados Unidos para analisar o limite de seus clientes. Lá, após cruzamento de informações pessoais, descobriu-se que um recém-divorciado do sexo masculino tem maior dificuldade para quitar suas dívidas. Com o trauma da separação, um divórcio vem acompanhado de novos gastos com habitação e alimentação, entre outros. Com isso, ao se mudar o perfil de uma página de relacionamento social de casado para solteiro, não muito tempo depois o limite do seu cartão de crédito é reduzido até pela metade.

Outros resultados das pesquisas recentes sobre felicidade apontam também dados interessantes. Um deles relaciona as atividades esportivas e musicais como fatores que proporcionam mais alegria, comparando a qualquer outra coisa. Outros dizem que os melhores momentos são na companhia de amigos, ou quando se faz amor. Uma das pesquisas revelou que os piores momentos do dia são quando você se encontra com seu chefe e a volta para a casa, devido a dificuldade de transporte.

A presidente da Costa Rica, Laura Chinchilla, um dos países mais felizes do mundo, durante o WEF, deu alguns exemplos para aumentar e medir a felicidade de um país. Um dos exemplos diz sobre o trabalho, que não basta ter pleno emprego, mas que haja tempo para a prática de esportes e lazer. Além disso, baixo pagamento salarial também não traz a felicidade. Outro exemplo foi o número de mulheres empregadas, que deve ser proporcional à presença delas na sociedade.

Fundos de investimentos – como investir?

Um estudo realizado recentemente revelou: o brasileiro não possui conhecimento sobre investimentos e nem tão pouco sobre as mudanças econômicas que estão ocorrendo. A pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisas Rosenfield, a pedido da BM&F Bovespa, com dois mil moradores, de 100 municípios das 15 maiores regiões metropolitanas do país, entre elas Rio e São Paulo, apontou que 43,5% das pessoas desconhecem o mercado acionário, e por isso não aplicam em ações. Outras justificativas dos entrevistados é a falta de sobra de dinheiro (21,3%), renda baixa (11,9%) e o alto risco (6,2%). Os números indicam a necessidade de mais esclarecimentos quanto aos fundos de investimento e a Bolsa de Valores.

Os Fundos de Investimento são condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. Sua finalidade é captar e investir recursos no mercado financeiro de uma maneira coletiva de investimento, com vantagens, sobretudo, para o pequeno investidor individual, principalmente porque facilita o acesso a diversas modalidades de investimento, que pelo volume de recursos envolvidos não estaria ao alcance de todos. Outras vantagens de se investir em um fundo, é a diluição dos custos de administração da carteira e assegurar ao investidor a comodidade de ter os seus investimentos administrados por profissionais.

Alguns cuidados devem ser tomados antes de decidir onde será realizado o investimento. Escolher cuidadosamente o administrador do fundo e informar-se sobre o gestor da carteira, estudar a política de investimentos adotada, o prospecto e o regulamento de acordo com o seu perfil de risco / retorno, são alguns exemplos.

Abaixo, os tipos de fundos de investimento:

- **Fundo Curto Prazo**: aplicação em títulos públicos federais ou privados, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou a outra taxa de juros. Os fundos buscam acompanhar as variações dessas taxas ou índice de preços, sendo que o prazo máximo a decorrer de cada ativo é de 375 dias, e o prazo médio da carteira de, no máximo, 60 dias.

- **Fundo Referenciado**: deve ser atrelado ao seu indicador de desempenho e acompanham o CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Investem no mínimo 95% em papéis pós-fixados de renda fixa, com rendimento próximo ao CDI e aplica pelo menos 80% em papéis da dívida federal ou papéis de empresas com baixo risco.

- **Fundo Renda Fixa**: Devem possuir, no mínimo 80% da carteira em ativos atrelados à variação dos juros do mercado doméstico e índices de preço.

- **Fundo de Ações**: Devem possuir, no mínimo, 67% da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de Bolsa de Valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

- **Fundos Cambiais**: esse tipo de fundo deve possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados ao fator de risco, que é a variação de preços de moeda estrangeira ou a variação do cupom cambial. É recomendado para investidores moderados, que buscam preservar o poder de compra de seu patrimônio na moeda estrangeira ao longo do tempo. Porém, nestes fundos o investidor também está sujeito às oscilações das taxas de juros domésticas sobre a moeda estrangeira.

- **Fundo Multimercado** - Estes fundos investem seus recursos em diversas classes de ativos como ações, renda fixa, câmbio, entre outros, sem o compromisso de concentração em nenhum fator de risco em especial.

Como avaliar o risco dos fundos de investimentos imobiliários.

*Claudio Bruni**

Ultimamente, alimentada pela baixa rentabilidade de outras aplicações financeiras, a "febre" dos investimentos em fundos imobiliários está alta. Pessoas físicas, que representam a maior parte do universo de investidores em Fundos de Investimento Imobiliário (FII), muitas vezes não tão familiarizadas com análise de riscos e opções de investimentos, confundem o FII com uma aplicação de renda fixa garantida.

Os FII são condomínios de investimento em que há exercício coletivo da propriedade. Eles foram instituídos pela Lei 8.668/93 são regulados pela Instrução CVM 472/08 e também fiscalizados pela entidade. Os FII não têm personalidade jurídica e são geridos obrigatoriamente por instituição financeira. O escopo de investimentos dos FII é amplo, devendo ser objeto de regulamento próprio: aquisição direta de imóveis, aquisição de direitos reais sobre imóveis, aquisição de ações, debêntures, CRIs, CEPACs, LCIs e LHs e outros títulos emitidos por sociedades de natureza imobiliária, podendo inclusive investir em outros FII. Os FII não podem contrair empréstimos ou financiamentos e também não podem ter estrutura operacional própria, devendo valer-se sempre de serviços de terceiros para a administração dos seus ativos.

Respeitadas as condições previstas na legislação, os FII são isentos do recolhimento de PIS, COFINS e IR. Sobre a distribuição dos rendimentos para as pessoas físicas, novamente respeitadas as restrições previstas na legislação, não há incidência de impostos. Todavia, há incidência de impostos sobre o ganho com a valorização das quotas, quando da sua venda. Para as pessoas jurídicas nacionais e estrangeiras, há incidência de pagamento de imposto sobre as distribuições de rendimentos, bem como valorização das quotas.

Os FII são uma forma simples e prática de investir em imóveis, sem a burocracia e os tediosos processos de verificação de titularidade e análise de certidões, registros cartorários, recolhimento de impostos, cobrança de aluguéis e cuidados com a manutenção da propriedade, atividades exercidas pelo administrador do fundo e seus consultores.

A simplicidade, no entanto, não pode ser confundida com a não necessidade, por parte do investidor, de avaliar extensivamente os riscos do investimento e diligenciar corretamente a aquisição das quotas. Os FII, por premissa, são investimentos de risco baixo, mas precisam ser corretamente avaliados para que isso se confirme.

Alguns pontos na avaliação são de atenção obrigatória do investidor ou de seu consultor de investimentos:

Regulamento: taxas de administração, prêmios de performance e impactos na receita, garantias de remuneração mínima e vencimento destas garantias e quoruns deliberativos

Administrador: reputação, conhecimento do negócio imobiliário e do ambiente de negócio.

Ativo imobiliário objeto do investimento: localização, qualidade do imóvel, idade da construção, obras e serviços previstos, custos de manutenção e atualização, custos condominiais, oferta de imóveis concorrentes, legislação urbanística e zoneamento, restrições eventuais ao uso do imóvel, titulação e regularidade documental – certidões, habite-se, validade das licenças de funcionamento, laudos de bombeiros e ambientais, seguros do imóvel, existência de ônus – financiamentos, ônus ambientais e obrigações com terceiros.

Contrato de locação e locatários: valor da locação e crescimento, existência de aluguel variável e forma de apuração, prazo do contrato, condições de rescisão da locação – multas e aviso prévio, índice de reajuste, limitações a revisionais e renovações da locação, garantias da locação – fianças, seguro fiança, histórico de adimplência do locatário.

** Diretor presidente da BR Properties S.A.*

Economia Verde

Economia Verde é um conjunto de processos produtivos (indústria, comércio, agronegócios e de serviços) que ao ser aplicado em um determinado local (país, cidade, empresa e comunidade), possa gerar nele um desenvolvimento sustentável nos aspectos ambiental e social.

Obra de arte de Franz Kracjberg.

Acredite se quiser. A China anunciou que vai começar a taxar as emissões de carbono. A informação é da Xinhua, agencia estatal de notícias. O país é o maior emissor de CO2 do planeta e no início do ano o governo chinês aconselhou os moradores das grandes cidades a não saírem de casa, por conta dos altos índices de poluição.

A Honda acabou de lançar nos EUA uma promoção no mínimo, curiosa. Quem comprare um automóvel da marca ganha a instalação de um sistema de energia solar para a sua casa. A Honda pretende investir mais de R$ 120 milhões no projeto, que é valido, inicialmente em 14 estados americanos

Sérgio Besserman Viana, economista e professor da PUC Rio, pergunta que cidade será o Rio de amanhã, o Rio de 2030 ? Para ele a resposta é pensar e agir em educação, segurança e sustentabilidade. Essa realidade impõe 2 grandes desafios aos cariocas, que moram numa cidade cosmopolita e portal do Brasil para o mundo todo. 1) A preparação da cidade para se adaptar as mudanças climáticas 2) A busca da competividade para a economia da cidade deve evitar o grande equívoco de olhar para os preços, estruturas e valores da economia de mercado, porque o hoje é passado.

Rio, capital da bicicleta. Desde 2009, no Rio de Janeiro, no início da primeira gestão do prefeito Eduardo Paes, a malha cicloviária foi duplicada, passando de 150 km para 302 km, batendo a meta estabelecida pela prefeitura. Foi lançado também o programa de comportatilhamento de bicicletas Bike no Rio. As duas novidades tiveram peso na premiação, que veiona forma de uma menção honrosa. Só que a falta de segurança nas ruas para os ciclistas, a ausência de uma rede de ciclovias protegidas – como ocorre em cidades mundo afora como Amsterdam, Buenos Aires, Copenhague e Nova Iorque – a falta de sinalização adequada e escassez de campanhas de conscientização de convivência bicicletas x carros.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, mais de um bilhão de pessoas ainda são obrigadas a fazer suas necessidades a céu aberto.principalmente em países da Àfrica Subaariana e do sul da Àsia. No Brasil, 13 milhões de pessoas fazem parte da vergonhosa lista dos sem banheiro. Pouco mais de 46 % do esgoto produzido no país são coletados e só 37,9% de tudo que é gerado recebem algum tipo de tratamento.

O mercado de brindes ecológicos está em alta no Brasil. No ano passado, o setor registrou um faturamento de R$ 4,5 bilhões.

Financiamento de agricultura sustentável cresce 337,4%

Os agricultores empresariais contrataram R$ 1,9 bilhão em crédito dentro do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), que fomenta tecnologias de produção sustentáveis, entre julho de 2012 e janeiro de 2013. O aumento registrado em relação ao mesmo período da safra anterior foi de 377,4%. Os desembolsos totalizaram no período 56,1% dos recursos programados de R$ 3,4 bilhões, segundo o Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

55 ANOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000

Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002

São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

designground

SUBMARINOS

Em março foi inaugurada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), primeira etapa para a construção de submarinos convencionais e a propulsão nuclear. A fábrica está instalada na Base Naval de Itaguaí, na Baixada Fluminense, e faz parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos. (Prosub), desenvolvido pela Marinha do Brasil em 2008. Sua execução atende às diretrizes estabelecidas na Política e na Estratégia Nacional de Defesa de reaparelhamento e modernização dos meios e equipamentos das Forças Armadas brasileiras. O investimento, que inclui a etapa de construção da UFEM, do estaleiro e da base naval que abrigará os submarinos, será de R$ 7,8 bilhões, com desembolsos até 2017.

RIO EU TE AMO

O #RioEuTeAmo é um movimento de amor à cidade que vai virar filme. O longa será a versão brasileira da bem-sucedida franquia "Cities of Love", que homenageia em filmes grandes cidades do mundo, idealizada e criada pelo produtor, roteirista e diretor francês Emmanuel Benbihy, que já produziu "Nova York, eu te amo" (2009) e "Paris, eu te amo" (2006). O projeto é uma parceria da Conspiração com as produtoras Primum Entertainment, Bossa Nova Films e Oz Produções, e tem apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da RioFilme. O movimento promove ações diferentes e inusitadas espalhadas pelos mais diversos cantos da cidade, como uma apresentação de uma Orquestra Sinfônica Ambulante no Complexo do Alemão.

USE O CARVÃO

Descobrir qual é a melhor aplicação do carvão produzido pela Vale para fornecer a informação aos clientes é o objetivo por trás da ampliação do Centro de Tecnologia de Ferrosos da Vale (CTF). O espaço, localizado em Nova Lima (MG), abrigará, ainda este ano, um laboratório avançado de análises e testes de carvão mineral extraídos das reservas da empresa na África e na Austrália. De acordo com a nota da companhia, antes mesmo de as novas instalações ficarem prontas, o CTF já recebe amostras de carvão da mina de Moatize, em Moçambique, para testes metalúrgicos e análises microscópicas. Com o novo laboratório, todo o processo de transformação da matéria-prima será simulado no centro tecnológico. O procedimento gerará aumento da produtividade, redução de custos e maior controle nas emissões de gases.

M. BRUZI

Desde a sua fundação, a M.Bruzi, grife carioca da estilista Marcela Bruzzi sempre desejou direcionar uma parte do seu trabalho para fins culturais e sociais. Tanto que, há alguns anos, todos os retalhos que sobram da confecção ganham um caminho diferente do lixo. Ainda engajada na causa social, a M.Bruzzi recebeu alguns e-mails de companhia teatrais solicitando ajuda com o figurino. E aí surgiu a oportunidade de investir no setor cultural. "A cultura é ponte para a promoção da cidadania, e a empresa que se compromete com essa iniciativa contribui para o bem coletivo", diz Marcela. Comprometida com a ideia, a M.Bruzzi está patrocinando o espetáculo Morada dos Ossos, que tem estreia prevista para o dia 26 de maio no Centro Cultural Solar de Botafogo. A peça discute o tipo de vida que queremos na velhice, e terá apresentações aos sábados e domingos.

AUDI NO BRASIL

A Audi está estudando a possibilidade de voltar a produzir carros no Brasil a partir do próximo ano. A ideia é fabricar o modelo é o A3, nas versões hatch e sedan, na fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), a Audi vendeu 445 automóveis em fevereiro último no país. Além disso, a montadora ocupa a 18º posição no país e detém 0,20% de participação de mercado.

O RIO E O MAR

Foi inaugurado em março no Rio o Museu de Arte do Rio (MAR), que já nasce como um símbolo de revitalização da Zona Portuária, uma das regiões mais antigas, da cidade, na Praça Mauá. O complexo do museu é formado por dois prédios interligados, o Palacete Dom João VI (bela construção tombada) e um antigo terminal rodoviário, que virou um prédio com linhas modernas, que chama a atenção pela leveza e beleza. Unindo as duas construções uma "onda" em concreto. O projeto do MAR está estimado em R$ 76 milhões. O acervo é eclético, vai de Aleijadinho a Tarsila de Amaral. Para a inauguração, quatro exposições ocupam quatro andares do Palacete Dom João VI: Rio de imagens, uma paisagem em construção; O colecionador : arte brasileira e internacional na coleção Boghici; Vontade construtiva na coleção Fadel e O abrigo e o terreno – Arte de sociedade no Brasil. Veja mais no site: www.museudeartedorio.com.br.

TAXI ECOLÓGICO

A partir do mês de março, dois taxis elétricos circulam pelas ruas do Rio, sem emissão de poluentes e barulho. Em fase de teste, os veículos partem do aeroporto Santos Dumont, e são recarregados em dois postos Petrobras, na Lagoa Rodrigo de Freitas e na Barra da Tijuca. Um dos modelos, um Nissan Leaf, é um dos carros verdes mais populares do mundo. A iniciativa entre a Prefeitura do Rio, Nissan e Petrobras Distribuidora deve render uma frota de 15 automóveis totalmente movidos à eletricidade até o fim do ano.

LONGAS FÉRIAS

O Brasil lidera o ranking de países com férias mais longas, é o que indica uma pesquisa que entrevistou viajantes de 22 países, feita pela agência de viagens Expedia. Os números revelam: 75% dos brasileiros disseram ter 30 ou mais dias livres ao ano. Os japoneses tiram apenas cinco dias, em média, e os sul-coreanos, dez.

WI-FI E CAFÉ DA MANHÃ

Uma pesquisa realizada em 28 países pelo Hoteis.com revelou que acesso gratuito ao Wi-Fi em hotéis é a comodidade mais desejada por 66% dos entrevistados. Mais de um terço dos turistas afirmam continuar conectados mesmo durante as férias, e apenas 11% deles disseram que estariam dispostos a pagar pelo Wi-Fi ao se hospedar em um hotel. Os participantes brasileiros no levantamento elegeram o café da manhã cortesia como o item mais valorizado. O Wi-Fi gratuito ficou em segundo lugar na amostra nacional. Essas duas comodidades superaram outros itens, como estacionamento gratuito. A pesquisa foi realizada em janeiro de 2013, usando uma média ponderada com base em uma amostra de mais de 8.600 entrevistados.

TURISMO ESTUDANTIL

A operadora Forma Turismo, líder no segmento de turismo estudantil, anuncia uma nova parceria com a Blue Tree Hotels. O acordo foi celebrado para a realização de quatro fechamentos exclusivos do resort Blue Tree Park Búzios, no Estado do Rio de Janeiro, que deve receber grupos de estudantes nos meses de setembro, outubro e novembro. O contrato pode ser estendido e contemplar mais quatro fechamentos da unidade fluminense para datas ainda não definidas. A Forma Turismo no ano de 2012 embarcou cerca de 37 mil passageiros para destinos nacionais e internacionais, sendo 12% a mais que registrado no ano anterior e apresentando crescimento de 19% no faturamento.

Agências de fomento: uma reflexão sobre seu papel na economia do século XXI.

*José Domingos Vargas**

O assunto pode trazer à memória o insucesso dos Bancos Estaduais nas décadas de 1980/1990, mas não podemos fugir de uma discussão mais ampla do destino e missão das instituições financeiras não bancárias – as agências de fomento – cujo nascedouro deu-se nos primeiros anos do século XXI e que inauguraram um novo entendimento das possibilidades do desenvolvimento regional.

Limitadas a atuar nos estados em que estão sediadas, são vitais para operacionalizar empreendimentos comprometidos com o esforço local em promover desenvolvimento econômico orientado para o crescimento e geração de emprego e renda.

Falar em desenvolvimento regional com qualidade e planejamento nos leva a refletir sobre a atuação das agências de fomento na intermediação e captação de recursos, que sustentem o empresariado em suas demandas específicas, sem perder competitividade e agilidade.

Este é um ponto que gostaríamos de deixar claro: estar ao lado da nobre missão de apoio ao desenvolvimento econômico e social do estado não libera as agências de fomento de operar em sintonia com as melhores práticas de mercado.

Taxas de juros decrescentes, uma concorrência ávida por resultados e uma clientela que quer atendimento eficiente e particularizado são os desafios para o mercado financeiro. Estar alinhado e ainda se manter no foco catalisador do crescimento local, faz da agência de fomento uma instituição que não pode prescindir de políticas bem definidas, estratégias de atuação flexíveis e sólida competência funcional, para que suas operações tenham repercussão positiva no desenvolvimento local.

Há aqueles que defendem que os bancos comerciais e as instituições de fomento federais atendem a todas as demandas, não havendo motivo para que as agências estaduais tenham uma reserva de atuação ou enfoque diferenciado. Entretanto, as agências de fomento são diferentes e o aprofundamento das possibilidades de sua atuação em uma estrutura de complementaridade possibilitará maior eficiência do sistema nacional de fomento.

Hoje, vivenciando a experiência de presidir a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro – AgeRio, percebo que há ressonância da tese de que o desenvolvimento local necessita de um instrumento voltado para demandas específicas e customizadas.

A agência de fomento é capaz de visualizar e agir em nichos e segmentos que necessitam de apoio, ter conhecimento das vocações regionais e, principalmente, estar sintonizada com a política de crescimento do estado, enfim, construir redes de projetos que gerem cadeias produtivas de grande poder de alcance.

Dar às agências de fomento condições para que efetivamente atuem, numa gestão alinhada com propostas de desenvolvimento regional, sem descuidar dos resultados e da boa governança, é escrever uma nova história, tão nova quanto as demandas que a economia do século XXI nos impõe.

** Presidente da AgeRio - Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro.*

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Planejamento tributário inteligente.

A Ernst & Young Terco* pode ajudar na gestão tributária mais eficiente, estratégica e alinhada ao perfil de sua empresa.

Fale com **Romero J. S. Tavares**
Sócio de Consultoria Tributária
romero.tavares@br.ey.com

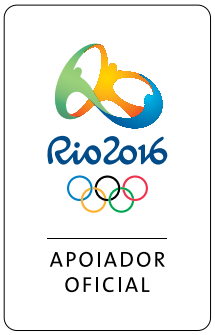
ey.com.br

*Reconhecida com destaque por vários anos consecutivos pela ITR - International Tax Review Magazine.

Acesse e conheça nossos serviços em Impostos.

Trabalhe conosco: **ey.com.br/carreiras**

- Auditoria
- Consultoria
- Impostos
- Transações



TM Rio 2016

© 2013 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

Brasil: perspectivas e investimentos no segmento de cervejas.

*Hamilton Picolotti**

O ano de 2013 começou repleto de expectativas para o setor de bebidas no Brasil, especialmente com o verão e os grandes eventos esportivos que impulsionam os investimentos nesse mercado. Segundo a Pyxis Consumo, ferramenta de pesquisa de mercado do Ibope Inteligência, o comércio de bebidas movimentou cerca de R$ 17,7 bilhões em 2012, com a venda de produtos como água, refrigerante, suco, refresco, cerveja, vinho, champanhe e destilados.

Desse total, R$ 3,26 bilhões foram destinados à região Sul do país, R$ 2,97 bilhões para o Nordeste, R$ 1,53 bilhão para a região Centro-Oeste e 1,11 bilhão para a região Norte. Os quase 50% restantes (R$ 8,83 bilhões) foram consumidos pelo Sudeste. Os maiores compradores foram a classe B, com 42,65%, seguida pela C, com 40%.

Nos próximos anos, o Brasil ficará em evidência no cenário mundial, devido à realização de eventos internacionais – Copa das Confederações, em 2013; Copa do Mundo, em 2014; e Olimpíada, em 2016 – e ao crescimento econômico pelo qual estamos passando. Essa realidade também promete mobilizar os investimentos nas revendas Ambev. A expectativa é que haja grande aumento no consumo de bebidas, principalmente de cerveja. As marcas Premium também devem alcançar novos patamares, em função da maior presença de estrangeiros no território nacional.

Os investimentos realizados pela Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) no Nordeste também prometem alavancar o setor. Dos R$ 2,5 bilhões previstos para investimento em todo o país, até o fim deste ano, R$ 804 milhões devem ser destinados ao Nordeste, sendo R$ 375 milhões voltados para a produção de refrigerante e cerveja na fábrica localizada em Aquiraz, no Ceará. A ação é uma tendência estratégica de mercado pela constante inserção do Nordeste no desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil.

O aumento das vendas no Norte e Nordeste contribuiu para os resultados positivos da Ambev. O volume total de vendas de cerveja no Brasil entre janeiro e setembro de 2012 cresceu 2,3%, enquanto que nessas regiões o aumento foi de 7,1% – três vezes maior que a média nacional.

Dados divulgados pela companhia demonstram que o crescimento das vendas de cervejas Premium

também impulsionou o setor e mostram, ainda, um acréscimo de mais de 2% no mercado brasileiro de cervejas, entre janeiro e setembro de 2012. No mesmo período, as marcas Premium da Ambev, como Stella Artois e Budweiser, por exemplo, tiveram 16,7% de aumento nas vendas.

Para aproveitar o bom momento do mercado e atender a forte demanda, inclusive fora do eixo Norte-Nordeste, as revendas têm investido fortemente em infraestrutura e equipes. A qualidade das frotas, com caminhões novos e modernos, faz com que as distribuidoras de bebidas sejam mais eficientes na entrega dos produtos, melhorando o atendimento aos clientes e beneficiando as atividades diárias com os colaboradores.

O relatório atual do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que o Brasil deve investir R$ 11,7 bilhões em mobilidade urbana, o que pode trazer consequências positivas para o transporte de cargas, caso ocorram melhorias nas estradas e redução dos picos de trânsito.

Também há previsão de investimentos na ordem de R$ 212 milhões para incentivar o turismo, o que certamente contribuirá para o aumento nas vendas de bebidas. Os eventos também ajudam a aumentar o consumo desses produtos no país inteiro, independentemente da localidade em que são realizados.

A Copa do Mundo é um megaevento esportivo que exige grande organização e contribui para estimular o crescimento econômico, em razão dos investimentos que mobiliza e dos efeitos nas diversas cadeias produtivas. No que diz respeito ao setor de bebidas, a probabilidade de ser liberado o comércio de bebidas alcoólicas nos estádios é grande, especialmente durante os eventos, pois essa é uma das principais exigências da Fifa.

Diante desse cenário promissor teremos muito trabalho e oportunidades de crescimento pela frente. Não podemos esquecer que ainda precisamos vencer a alta carga tributária e o custo elevado do capital empregado no negócio. Mas, ainda assim, temos grandes e boas expectativas para os próximos quatro anos.

**** Presidente da Confenar – Confederação Nacional das Revendas Ambev e das Empresas de Logística da Distribuição.***

Porto Seguro

Marcelo Picanço: Diretor Financeiro e de RI da Porto Seguro.

A Porto Seguro foi fundada em 1945 e, posteriormente, adquirida pela família Garfinkel, em maio de 1972. Naquela época ocupava a 44ª posição no ranking do mercado. A partir da década de 1980 passou a desenvolver o conceito de proteção total, que oferece produtos e serviços que ajudam a evitar o sinistro e amparam o segurado antes, durante e depois de qualquer ocorrência. A companhia foi a responsável por este tipo de iniciativa, que acabou se transformando em uma tendência no ramo de seguros. Atualmente, a Porto Seguro está entre as maiores seguradoras do país e lidera os ramos de seguro de auto e residência.

A Corporação oferece uma ampla gama de seguros, como Auto, Vida, Saúde, Aluguel, Empresa, Residência, Transportes, Condomínio e Previdência. Conta ainda com soluções completas para atender as diversas necessidades dos clientes, como Consórcio (Imóveis, Auto e Equipamentos), Financiamento, Investimento, Cartão de Crédito, Serviços para condomínios, Serviços Avulsos, Proteção e Monitoramento, Capitalização. Mantém uma subsidiária no Uruguai, a Azul Seguros e a Itaú Seguros de Auto e Residência.

O próximo passo é o lançamento da Porto Seguro Telecomunicações S.A., em sociedade com a Datora Telecom, criada com o objetivo de otimizar a gestão interna de custos com telefonia celular, além de aproveitar a possibilidade de convergência com os produtos da seguradora, para agregar mobilidade a seus clientes e corretores.

HISTÓRICO DE NEGÓCIOS

Em 2003 a corporação adquiriu a AXA Seguros Brasil S.A., subsidiária da companhia francesa, renomeada para Azul Seguros, em 2004. A Azul Seguros oferece seguros com menos serviços, mas com o mesmo padrão de atendimento da Porto Seguro, para que o corretor tenha uma segunda opção de orçamento para apresentar a seus clientes.

Em 2004, a Porto Seguro S.A. tornou-se uma companhia aberta e estreou no Novo Mercado da Bovespa, em 22 de novembro. Suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo com o código PSSA3.

Em 24 de agosto de 2009 a Porto Seguro S.A. e o Itaú Unibanco Holding S.A. celebraram uma associação visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, que resultou

QUEM CONHECE CONFIA.

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa,
desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritório Central: Av. Presidente Vargas, 435 - 13 º andar - Centro - Rio de Janeiro

Tel. 55+(21)2224-3794 www.ppfbrazil.com.br

"O ano foi positivo para a c ompanhia e refletiu os efeitos de uma série de medidas."

na criação da empresa Itaú Seguros de Auto e Residência. Firmaram também acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis para os clientes da rede Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai.

Hoje, a Corporação Porto Seguro emprega diretamente mais de 13 mil funcionários e possui mais de 130 sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil, além de quase 5.000 agências Itaú-Unibanco como parceiras. O Complexo Matriz da Porto Seguro está localizada em Campos Elíseos, no centro da cidade de São Paulo, reunindo diversas edificações.

RESULTADO POSITIVO

O lucro líquido da Porto Seguro no quarto trimestre de 2012 teve alta anual de 31%, a R$ 252 milhões. A Porto Seguro registrou um total de R$ 2,7 bilhões em prêmios auferidos no período, valor 18% maior que o registrado no ano anterior.

As receitas totais da empresa somaram R$ 3,15 bilhões nos últimos três meses do ano passado, um crescimento de 18% em relação com igual período em 2011. No ano todo, as receitas somaram R$ 11,52 bilhões, 14% mais que no ano anterior.

A companhia justifica o resultado positivo com os efeitos das medidas adotadas ao longo do ano, uma estratégia focada na recomposição das margens para crescer em todas as linhas de negócio. Além disso, no ano passado a empresa incrementou sua estrutura operacional, construiu mais centros automotivos e centros de atendimento a sinistros, além dos centros médicos. Também inauguraram novas sucursais, reforçando a estrutura comercial, alinhada com a meta de expansão da empresa para diversas regiões do país.

"O ano foi positivo para a Companhia e refletiu os efeitos de uma série de medidas. Adotamos uma estratégia focada na recomposição das margens e, mesmo neste contexto, conseguimos crescer em todas as linhas de negócios. O desempenho operacional de seguros melhorou e os investimentos em otimização de processos, implementação de sistemas e mudanças no nosso modelo de gestão, mais adequado à racionalização de custos, permitiram uma melhora no índice de despesas administrativas. Esse conjunto de iniciativas faz parte do nosso objetivo de ganho de produtividade, sem afetar o nível de serviço aos clientes e corretores. Prosseguiremos com nossa estratégia de crescimento com rentabilidade, buscando alavancar a nossa marca nos diversos segmentos e canais onde atuamos", ressaltou Marcelo Picanço, Diretor Financeiro e de RI da Porto Seguro.

Segundo o comunicado de divulgação dos resultados "nos negócios não seguros, as receitas cresceram 38% no trimestre, principalmente impulsionadas pelas receitas das Operações de Crédito (Cartão de Crédito e Financiamento). No ano, a participação dos outros negócios representou 15% do lucro total da empresa, um aumento de 3 p.p. (2012 x 2011), salientando nosso modelo de desenvolvimento de negócios sinérgicos à operação de seguros.

A Azul, marca da companhia focada em preços, apresentou crescimento de 43% com redução de 8,7 p.p. na sinistralidade. Os prêmios auferidos por este segmento atingiu R$ 386 milhões somente no 4º trimestre do ano. Isso se deve, principalmente, pelo reajuste de preços e dos ajustes nos critérios de seleção de riscos. No ano, o ROAE atingiu 17,3% e as receitas totais atingiram R$ 11,5 bilhões apresentando um crescimento de 14%.

Agências reguladoras: entre governança e governabilidade.

*Sérgio Guerra**

A sociedade atual necessita de uma atuação pública orientada, especialmente, para a transparência dos resultados alcançados com a ação institucional. Isso ocorre em duas dimensões. Na governança, associada aos instrumentos que levem à ação pública eficiente, e na governabilidade.

Governabilidade tem um espectro mais amplo. Está relacionada às condições adequadas ao ambiente político em que se efetivam as ações da administração e pelo padrão de intervenção econômica e social. Passa pela ideia de credibilidade e imagem pública dos governantes, decorrendo na própria legitimidade do governo.

O sistema regulatório brasileiro, como estruturado atualmente, não está totalmente afinado com a ideia de governança pública. O pior é que essa questão afeta a governabilidade. Os efeitos já estão sendo sentidos pelo governo Dilma Rousseff.

Falta estruturar os marcos legais para serem órgãos de Estado - e não de um determinado governo

Para piorar, as agências reguladoras estiveram em evidência nos noticiários por problemas pontuais. Dirigentes foram presos e acusados de montarem esquema de venda de favores a empresas privadas.

Esses fatos são graves. No entanto, são casos isolados e podem ocorrer em qualquer instituição, inclusive estatal. O problema, portanto, é outro. É conjuntural.

Recente edição da revista "The Economist" cita as agências como um dos fatores que contribuem para a queda recente do aporte de investimentos estrangeiros. Além da forte intervenção estatal do governo federal, o abandono do modelo institucional de agências reguladoras está perto de comprometer o ambiente de negócios.

O assunto é relevante. As agências estão presentes em setores de peso: telecomunicações, energia elétrica, infraestrutura aeroportuário e portuário, aviação civil etc. Foram criadas para serem autônomas e independentes. Estruturadas para contribuir na estabilização do mercado e dar segurança jurídica na atração e manutenção de investimentos privados, sobretudo estrangeiro.

O governo tem agido na contramão. Contingencia recursos e reparte o comando das agências entre partidos políticos da base governamental.

É hora de mudar. Se é certo que devemos olhar para o modelo original, também é justo concluir que está na hora de aplicarmos uma dose de inovação ao sistema regulatório nacional.

Deve-se, de início, criar um marco legal moderno, com foco na governança das agências. O caminho está aberto. Desde 2004 tramita no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 3.337. O projeto visa uniformizar a legislação para as dez agências federais. Também alcançará aquelas que estão no papel (agências de mineração, energia nuclear, seguros etc.).

Avançou-se em alguns aspectos no referido projeto de lei. Na reformulação do desenho das agências estão previstas, dentre outras questões, regras sobre gestão e desempenho; ouvidoria independente e mecanismos de controle social.

Mas isso é pouco do ponto de vista da governabilidade. Falta estruturar as agências para serem órgãos de Estado - e não de um determinado governo.

Primeiro, é preciso definir o marco legal, com atribuições expressas das funções técnicas a serem exercidas pela agência, segregando as funções políticas de competência dos ministérios. Isso, de certo modo, foi feito no setor de telecomunicações.

"As agências devem ter um "plano de gestão" e um "plano de execução das metas". Só assim a sociedade em geral poderá exercer um controle efetivo (não meramente formal), sobre seus atos".

Todas as agências devem ter um conselho consultivo ativo, composto de pessoas de notório reconhecimento público no setor regulado. É preciso garantir recursos financeiros, sem a possibilidade de contingenciamento paralisante. O conselho deve ter a missão de defender o orçamento da agência junto ao poder público central. O orçamento deve ser segregado, constituindo unidade orçamentária autônoma.

O preenchimento dos cargos de direção da agência deve vir do mercado. A identificação dos diretores deve ser feita pelo conselho consultivo ou por meio de um "Comitê de Busca", formado por personalidades de notório reconhecimento público.

A "busca" deve ser transparente. Por editais públicos de chamadas de candidaturas, amplamente divulgados. O ideal é identificar pessoas capazes dentre integrantes da esfera pública, da comunidade científica e tecnológica e do meio empresarial. Nesse modelo poderão se candidatar aqueles com formação acadêmica e atuação profissional comprovada, no setor público ou privado.

Os candidatos não podem ser novatos. Devem possuir experiência gerencial mínima de dez anos de exercício profissional em cargos comprovadamente ocupados. Outro ponto de capital importância: o candidato a dirigente não deve manter qualquer vínculo com entidade do setor regulado. É melhor evitar acionista ou sócio com participação no capital social de empresa coligada, controlada ou controladora. De igual modo, suprimir da lista os membros de conselho de administração, fiscal, diretoria executiva ou órgão gerencial. Também não deve ser empregado, mesmo com contrato de trabalho suspenso, ou prestador de serviço permanente ou temporário, inclusive das empresas controladoras e controladas.

Para reforçar a transparência, deve-se adotar o sistema de lista tríplice pelo "Comitê de Busca". A escolha dos dirigentes pelo presidente da República deve sofrer uma eficiente sabatina pelo Senado Federal. Este deve checar todos os requisitos acima. E rejeitar quando não atendidos.

Os dirigentes devem ter mandato fixo de quatro anos. Mas deve ser vedada a recondução no cargo. Será melhor para a governança que eles não decidam pensando no futuro pessoal, na manutenção do seu cargo.

As agências devem ter um "plano de gestão" e um "plano de execução das metas". Só assim a sociedade em geral poderá exercer um controle efetivo (não meramente formal), sobre seus atos. Na linha da atual lei de transparência, todos os dados devem ser disponibilizados, via internet, para legitimar o processo de acompanhamento e controle dos planos.
Em conclusão, os setores regulados não devem sofrer solução de continuidade na governança pública. Mesmo diante da alternância decorrente do sufrágio e das ações que afetam a governabilidade. Por isso, no estágio democrático e de estabilidade política atual do Brasil, esse tema deve ser prioridade em 2013. Deve retornar à pauta do governo e do legislativo.

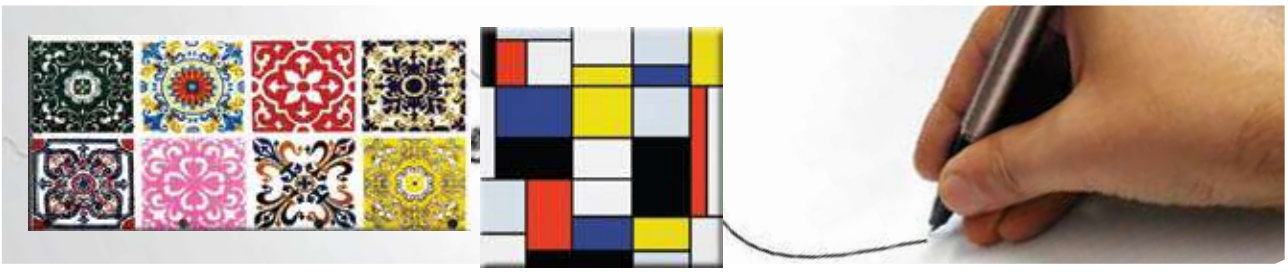
Artigo publicado no jornal Valor Econômico - 13/03/2013

Pós-doutor em administração pública (FGV/EBAPE), é professor titular de direito administrativo (Direito FGV/Rio).

Existe um design cerâmico brasileiro?

*Camila Márcia Contato Lamberti**

Em outras palavras, existe um estilo brasileiro de se fazer design para revestimentos cerâmicos, como existe um design italiano, por exemplo?



A retomada do crescimento econômico, o surgimento de uma nova classe média e a gradual superação do enorme déficit habitacional existente proporcionaram uma ampliação no consumo de revestimentos cerâmicos no Brasil, na última década.

Com este fortalecimento do setor, cresce proporcionalmente a responsabilidade do design, uma vez que esse novo contexto apresenta também um consumidor muito mais exigente e concorrentes internacionais muito mais acessíveis. Dessa forma, aumenta a demanda por um design de qualidade, que se baseie e enfatize as características culturais, estéticas e de consumo do mercado brasileiro. Um design que tenha efetivamente a cara de nosso país, com toda sua diversidade e riquezas.

Mas quais são essas características? Que fatores atribuem qualidade indiscutível ao Design Cerâmico de países tradicionalíssimos no setor, como Espanha e Itália?

O design europeu sempre foi uma grande referência para a indústria cerâmica dos demais países do mundo. Diferenciavam-se pela forma arrojada, inovadora e criativa com que exploram novas técnicas, cores e formatos. São referências, inclusive, no próprio processo de produção, por meio de novos equipamentos, novas técnicas de fabricação e a otimização da cadeia produtiva de revestimentos cerâmicos.

Esses diferenciais são o resultado de uma profunda valorização da cultura, da história e das inspirações que envolvem o designer. Sendo assim, o design reproduz e dissemina riquezas de seu patrimônio, como os mosaicos de Barcelona, a diversidade cultural de Madri, a tradição de Valência, os mármores de Roma, a moda de Milão, a riqueza estética de Veneza, as inovações tecnológicas de Bologna, entre outras. Itália e Espanha são o berço do revestimento cerâmico, com seus cursos e centros de pesquisas, sempre descobrindo novas formas de se empregar e reciclar cerâmica e porcelanato. Trata-se de um ciclo virtuoso, o qual ensina e aprende com o mundo todo, sempre reinventando o seu próprio fazer.

Nesse contexto, a valorização de seus profissionais do setor é primordial e se faz, com intercâmbios e cursos de atualização constantes. São esses profissionais que podem ser encontrados por todo canto do planeta, instalando equipamentos, aperfeiçoando processos, contribuindo para que indústrias do mundo todo produzam com mais qualidade e menos custo. Com o know how europeu, é claro.

Outro player de destaque, nesse cenário, é a indústria chinesa, que muitas vezes abre mão de

um design com identidade nacional, em prol dos ganhos proporcionados por sua gigantesca escala de produção.

Com esse poder de escala, a China fabrica revestimentos cerâmicos e porcelanato para o mundo inteiro. Porém, sua produção se baseia em estilos e design já estabelecidos, padronizados pelos importadores estrangeiros, porque não existe um desenvolvimento e pesquisa nacionais com esse foco. Ou seja, a prioridade é a otimização fabril, com baixo custo e grande produtividade.

A ausência de centros de pesquisas chineses e seu foco na produção favorecem os clientes internacionais, os quais visam obter somente cópias mais baratas de produtos estrangeiros de design reconhecido. Ou seja, tais clientes identificam tendências européias e as levam para ser produzidas em escala pela indústria chinesa.

É o chamado design genérico, sem personalidade ou identidade nacional. Por isso, a qualidade dos produtos chineses sempre foi considerada duvidosa. Entretanto, hoje em dia, sua produção já pode ser considerada tecnicamente superior aos seus correspondentes fabricados no Brasil. Somando-se os baixos custos produtivos e a baixa tributação daquele país sobre suas exportações, os revestimentos made in China se tornam muito interessante - ainda que com um baixo apelo em termos de design.

Então como fazer frente, por um lado, à qualidade indiscutível do design europeu e, por outro, ao crescimento do design genérico chinês? A resposta é uma só: um design de qualidade com as peculiaridades do Brasil.

A discussão sobre um design de características nacionais já é antiga, vem pelo menos desde a criação da Escola Superior de Desenho Industrial-ESDI, em 1963, e envolveu designers de grande renome como Alexandre Wollner, Geraldo de Barros, Aloísio Guimarães, Walter Macedo, Chico Homem de Melo, entre outros. Sempre com a obrigação de superar a desconfiança e comprovar sua qualidade.

Mais recentemente, designers como os Irmãos Campana e Romero Britto tiveram suas criações reconhecidas primeiro no exterior para só depois começarem a ser aceitos em seu próprio país. Desta forma, ainda que gradativamente, o Brasil começa a reconhecer suas riquezas e valores e o consumidor nacional passa a aceitar melhor produtos com nossas próprias características.

Portanto, ganham espaço profissionais do design que buscam desenvolver uma identidade própria, brasileira e autoral, como Marcelo Rosenbaum, Renata Rubim, Fábio Galeazzo, Guto Requena, Adriana Yazbek e outros.

E qual é o caminho para se fortalecer o crescente design cerâmico brasileiro? Os incentivos de instituições como Aspacer, Anfacer, Museu Casa Brasileira-MCB e até autônomos são de grande importância para estimular profissionais e empresas a valorizarem e retratarem nossos hábitos, costumes e belezas. Dessa forma também, são fundamentais o crescente número de concursos de design, os intercâmbios de experiências e os treinamentos no exterior, além de seminários, encontros, cursos e palestras que favoreçam a formação crítica e criteriosa do designer cerâmico brasileiro.

Assim, podemos concluir que o Brasil continua adquirindo design de estúdios e fornecedores italianos e espanhóis, bem como é invadido pela poderosa escala de produção do design genérico chinês mas, paralelamente, também estamos buscando desenvolver de forma gradual uma identidade própria, rica, diversa e multicultural.

Gerente de produtos e outsourcing do Grupo Incefra.

BRANCO

BRANCO CONSULTORES

HÁ 11 ANOS COM UM SIMPLES OBJETIVO: CONQUISTAR A CONFIANÇA DOS NOSSOS CLIENTES TRAZENDO AS MELHORES SOLUÇÕES.

ESPECIALIDADES:

>> CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

>> ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

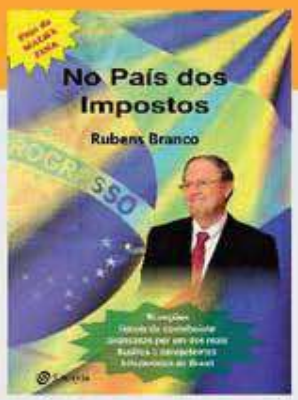
>> PERÍCIAS CONTÁBEIS

DMAZ/5

LANÇAMENTO DO LIVRO

"NO PAÍS DOS IMPOSTOS"

POR RUBENS BRANCO



Rua Sete de Setembro, 111 - 7º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20050-002
Tel. 21 3231.5900 Fax. 21 2531.9388

Rua Vergueiro, 2087 | Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo - CEP 04101-000
Tel. 11 5087.8910 Fax. 11 5087.8810

brancoconsultores.com

Crescimento geográfico e sustentável avançam com o Brasil.

*Luiz Lissner**

O crescimento econômico experimentado pelo Brasil nos últimos tempos está mudando a cara do país. Definitivamente, a melhor distribuição de renda, incentivos fiscais (R$ 187 bilhões somente em 2011)[1], o desenvolvimento do agronegócio, a instalação de empresas e indústrias de tecnologia em cidades do interior etc., entre outros fatores mais ligados à macro e microeconomia, estão girando o eixo do desenvolvimento nacional para regiões fora dos grandes centros tradicionais. E não estamos aqui falando apenas do mercado imobiliário, especificamente. Setores como Serviços, Turismo, Esporte, Indústria e Automotivo também entram nessa conta.

Hoje em dia, as grandes empresas têm um enorme mercado para desbravar em regiões que, muitas vezes, ainda não contam com empreendimentos imobiliários de alto nível e que hoje possuem renda e capacidade para consumi-los. Mais do que isso, o público destas localidades já demanda por produtos de qualidade tão compatível ou superior às das encontradas nos melhores centros. E aspectos como itens de segurança, lazer, convivência e sustentabilidade já estão no pacote "básico" de exigências do consumidor.

É claro que cada área tem a sua vocação específica e suas características, mas o Produto Interno Bruto (PIB) de regiões como a Norte e Nordeste tem registrado um crescimento anual acima da média brasileira. Exemplo disso é o estado de Pernambuco, que vem alcançando uma taxa média de 6%, enquanto o resto do Brasil tem sua economia avançando em cerca de 3%[2]. Cidades como a capital Recife e Caruaru refletem esta realidade. Também, até 2010, as duas regiões aumentaram a sua participação no PIB nacional, chegando a 5,3% da Região Norte e 13,5% da Região Nordeste[3], que se apresenta como uma das mais viáveis para investimentos imobiliários no cenário nacional.

Atenta a essa realidade, a Damha vem acompanhando esse crescimento descentralizado do país e já está levando seu conceito de urbanismo de primeira linha para esses novos focos de desenvolvimento. Trata-se de um conceito de planejamento e desenvolvimento urbano de larga escala, visando a criação de áreas residenciais e comerciais sem excluir o respeito ao meio ambiente. E, acima de tudo, acessível aos moradores. Afinal de contas, estamos falando, somando-se as duas regiões, de quase 70 milhões de pessoas[4]. Número relevante se contarmos que existe um déficit habitacional de 8 milhões de moradias no Brasil[5] e uma demanda de 30 milhões nos próximos 30 anos[6].

Espaço, sem dúvida, há. Mas, para conseguir realizar projetos adequados à realidade de locais como as regiões Norte e Nordeste, e que venham ao encontro dos anseios de seus futuros moradores, a

Damha realiza intensas pesquisas in loco, com seus representantes conhecendo de fato o mercado, caso necessário até incorporando necessidades locais e adaptando os produtos da empresa a esses novos projetos.

Atualmente, com sua área de prospecção de novos negócios, a Damha mantém um núcleo projetando empreendimentos nas regiões Norte e Nordeste. E mantém um diálogo estreito com seus diversos interlocutores nas mais variadas esferas, tais como corretores, autoridades, clientes.

Esse conceito de bairros planejados, ainda novo no país, é cada vez mais acessível a esse novo Brasil que se configura. Uma realidade de moradia com segurança, lazer, sustentabilidade, valorização urbanística e, acima de tudo, qualidade de vida tanto para seus moradores quanto para a comunidade no entorno desses empreendimentos.

Municípios como Feira de Santana (BA), Camaçari (BA) e Caruaru (PE) estão nos planos de expansão da Damha, buscando atingir essas novas fronteiras econômicas que estão se abrindo. A empresa, com seus mais de 30 anos de atuação no mercado e mais de 17 mil unidades comercializadas, tem projetos em desenvolvimento em mais de 14 estados, porque acredita acima de tudo que esse novo desenvolvimento do país veio para ficar. O Brasil deixou de ser o país do futuro. Seu crescimento já faz parte do presente!

Fonte: [1] TCU - Tribunal de Contas da União; [2] Condepe/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; [3] IBGE; [4] Censo IBGE 2010; [5] IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; [6] FGV – Fundação Getúlio Vargas

Diretor administrativo financeiro da Damha Urbanizadora.

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Sociedade vai à Justiça.

*Leila Mariano**

Graças às inovações introduzidas nos últimos anos, o Tribunal de Justiça do Rio atingiu reconhecido grau de excelência e desenvolveu o modelo do Judiciário ágil e eficiente de que o Brasil precisa. Os números são de perder o fôlego. Segundo informado ao CNJ, na 1ª Instância foram recebidos 2.594.135 processos e julgados 1.767.763. Já a 2ª instância recebeu 203.407 recursos e julgou 190.052. Nos dois casos, chegou-se a um índice de produtividade de mais de 90%.

Os números são ainda mais impressionantes quando se olha para os Juizados Especiais Cíveis. No ano passado, eles receberam 626.967 processos e julgaram 753.213, ou seja, foram julgados mais processos do que aqueles que entraram, atingindo-se a marca de 120%. Cada vez mais consciente dos direitos da cidadania, o povo encontrou nos juizados uma "Justiça de Bairro": mais próxima, rápida, informal, operosa e eficiente. O resultado foi um aumento avassalador das novas ações, fazendo com que os juizados recebam hoje metade de tudo o que chega ao Poder Judiciário do Rio.

O TJRJ tem atualmente em seus quadros 847 magistrados, sendo 178 desembargadores e 669 juízes. Levando-se em conta os processos recebidos e julgados e o total de dias trabalhados por ano (220 dias ou 1.760 horas, o que dá uns 620 processos por hora), pode-se dizer, sem grandes arrepios à matemática, que a cada hora um juiz decide a angústia e a esperança de alguém.

Cada processo tem em média 200 páginas e mede 32 centímetros. Colocados lado a lado, daria para percorrer uns 350 km por ano, isto é, ir do Rio a Búzios e voltar ou encher 14 maracanãs, cuja capacidade é hoje de 78.000 torcedores.

Vale lembrar que o Código Civil tem 2.046 artigos e o Código Penal, outros 361, e o juiz precisa analisar tudo e tomar decisões que preservem a sociedade e respeitem as leis.

Um das principais soluções para reduzir a demanda ajuizada, está na disseminação na sociedade de uma política de pacificação, como já propunha o ministro Cezar Peluso ao assinar o III Pacto Republicano.

Só se os indivíduos voltarem a se empenhar em buscar eles próprios a solução para seus pequenos conflitos; só se os empresários, ao tomarem conhecimento de praticas administrativas conflituosas em suas empresas, as modificarem, respeitando os direitos de seus empregados e consumidores; só se os governos respeitarem suas próprias leis e reconhecerem o direito de seus servidores e dos contribuintes, as taxas de ajuizamentos e o congestionamento do Poder Judiciário serão reduzidos.

Os problemas do Judiciário não são só do Judiciário, são de toda a sociedade e só poderão ser minimizados através de uma mudança de atitude, de soluções de consenso e com a responsabilidade de todos.

Artigo publicado dia 01/03/13 no Jornal O Globo.

** Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.*

Por quê? Como grandes líderes inspiram ação.

Por que algumas pessoas e organizações são mais inovadoras, mais influentes e mais rentáveis do que outras? Por que algumas conseguem maior fidelidade dos clientes e dos colaboradores? Até mesmo entre as bem-sucedidas, por que tão poucas são capazes de repetir o sucesso várias vezes?

Lançado no Brasil pela **Editora Saraiva**, o livro **Por Quê? Como Grandes Líderes Inspiram Ação**, de Simon Sinek traz histórias da vida real e mostra uma visão clara do que realmente leva alguém a liderar e inspirar. Este livro é para aqueles que desejam inspirar outros ou que desejam encontrar alguém que os inspire.

O livro baseia-se na premissa de que todas as pessoas, carreiras e organizações funcionam em três níveis: o que fazemos, como fazemos e por que fazemos. Pessoas como Martin Luther King Jr., Steve Jobs e os irmãos Wright podem ter pouco em comum, mas a capacidade de contestação os capacitou a inspirar as pessoas ao redor a realizarem coisas notáveis. Começar pelo porque vale tanto para os pequenos como para os grandes negócios. Quem começa pelo porque jamais manipula, inspira. E as pessoas os seguem não porque precisam, mas porque querem.

Simon Sinek é um dos mais influentes palestrantes da TED. Ensina aos líderes e às organizações como inspirar pessoas. Sinek é citado frequentemente em publicações nos Estados Unidos e ensina no Programa de Comunicações Estratégicas da Universidade Columbia.

Pesquisa Global Monitor x IBQP aponta que 44% dos brasileiros entrevistados, querem ser empreendedores.

O sonho de ter um negócio próprio superou todos os demais desejos, exceto viajar pelo Brasil e ter uma casa própria. É o que revela a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor 2012 (GEM), realizada pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP). Quase 44% dos brasileiros entrevistados sonham em ter o seu próprio negócio, frente aos 25% que querem seguir carreira como empregado em uma empresa.

Neste ano de 2012 a pesquisa do GEM contou com a participação de 69 países onde foram realizadas as duas principais etapas da pesquisa: o levantamento de dados junto à população com idade entre 18 e 64 anos e a obtenção de opiniões de especialistas sobre as condições existentes nos países para o desenvolvimento de novos negócios. No Brasil, foram entrevistados 10.000 indivíduos entre 18 e 64 anos, representativos da população brasileira nessa faixa etária e residentes nas cinco regiões do país (2.000 entrevistados em cada uma das regiões).

Adicionalmente, foram entrevistados 87 especialistas de diversos segmentos da sociedade brasileira.

Ao se examinar as regiões, embora os percentuais variem bastante de região para região, o sonho do negócio próprio ficou entre os três primeiros sonhos nas cinco regiões pesquisadas. A região Norte do país foi a que apresentou um número maior de entrevistados que possuem esse sonho, de 54,3%, seguida pela região Nordeste (51,1%), Sudeste (44,3%), Centro Oeste (37,2%) e Sul (30,8%).

De acordo com a Pesquisa GEM, no Brasil, em 2012, 30,2% dos indivíduos adultos da população eram empreendedores iniciais ou estabelecidos. Esta estimativa nos remete a 36 milhões de brasileiros de 18 a 64 anos envolvidos na criação ou administração de algum tipo de negócio. Isto significa que mais de 30% da população brasileira, entre 18 e 64 anos, está envolvida com empreendedorismo, demonstrando a importância econômica e social do tema e a necessidade de ações governamentais ou não governamentais para sua consolidação.

Dos entrevistados, 15,4% são empreendedores em estágio inicial, sendo 4,5% empreendedores nascentes e 11,3% empreendedores novos. Os demais 15,2% são empreendedores estabelecidos. Transformadas as taxas em números absolutos, pode-se estimar que, em 2012, 18 milhões de indivíduos estavam envolvidos na criação ou administração de um negócio em estágio inicial (nascente ou novo) e 18 milhões eram proprietários ou administravam algum negócio com mais de três anos e meio de existência e, portanto, na condição de empreendedores estabelecidos.

OUTROS NÚMEROS

- 49,6% do total dos empreendedores iniciais são mulheres, sendo que as regiões Nordeste e Sul concentram maiores proporções de empreendedorismo feminino (51,8%);
- O maior percentual desses empreendedores por faixa etária concentra-se na faixa dos 25 aos 34 anos (33,8%), fato este que se repetiu em todas as regiões consideradas;
- entre os empreendedores estabelecidos, a faixa de renda predominante é a que considera menos do que 3 salários mínimos.

Os dez principais riscos durante a preparação de um IPO.

O que pode dar errado em um processo de IPO? Veja as hipóteses abaixo e reflita sobre elas.

1. Falha no plano – o planejamento é crítico. IPO (Initial Public Offering) bem-sucedido se propõe a passar dois anos construindo o seu processo de gestão e infraestrutura, con-tratando executivos e assessores, atualizando requisitos financeiros e relatórios e reunindo o compromisso do quadro de diretores, para então tornar pública a empresa.

2. Hora Certa – antes de tentar acertar o "tempo do mercado", tome o tempo necessário para entrar no ambiente da oferta pública de aquisição de ações (IPO) quando voe estiver realmente pronto. A empresa bem preparada, que faz seu dever de casa em todos os pontos, será capaz de mudar rapidamente quando o "tempo do mercado" tornar-se favorável.

3. Falta de suporte dos executivos da empresa – seus direto-res de maior responsabilidade devem ter experiência e ex-pertise para gerir com eficiência o processo de IPO, e ainda, apresentar o "road show" aos investidores, além de administrar bem a empresa depois de torná-la pública.

4. Governança Corporativa ineficiente – a estrutura legal, financeira e gestão de riscos apropriados à publicidade dife-rencia a empresa de uma típica estrutura de empresa privada para empresa aberta. Você deve definir e implementar, pre-viamente, sistemas adequados, controles e políticas.

5. Falha na seleção da assessoria – além de escolher bem o banco líder do processo de IPO, escolha bem os contadores, os auditores, os advogados e os outros assessores do proces-so, de acordo com a experiência dessas assessorias.

6. Incapacidade de atrair os analistas certos – uma empresa pública recente é responsável por gerar estudos de analistas de empresas além das informações contidas no prospecto. Você e sua administração devem estar ativos, acessíveis e compreensíveis na interação com os analistas de mercado.

7. Incapacidade de comunicação durante o "road show" - comunicar a proposta de valor da sua empresa é a chave pa-ra o sucesso do "road show". Você precisa saber como transmitir as informações financeiras e não financeiras de sua empresa, a fim de convencer os investidores.

8. Falha ao obter investidores certos – as empresas privadas geralmente subestimam o relacionamento com investidores públicos. Para manterem uma comunicação eficiente como uma entidade pública, administrar a reação pública e de-monstrar uma mensagem efetiva de investimentos, as em-presas devem praticar uma boa estratégia nessa relação.

9. Perda de foco no negócio – a preparação para a oferta pública é um processo intenso e desgastante. Todavia, para garantir o sucesso em longo prazo, você deve manter o foco no dia-a-dia da empresa e estabelecer o posicionamento no segmento onde atua.

10. Não entregar o prometido – uma vez que o IPO está con-cluído, o trabalho de administrar uma empresa pública co-meça. Após posicionar-se como uma entidade pública, o mercado exige performances financeiras superiores e uma eficiente comunicação com investidores e analistas.

RECALL
LEDGER
CONTADORES & CONSULTORES

Há 15 anos atuando na prestação de serviços nas áreas contábil, tributária, administração de pessoal, financeira e de consultoria empresarial.

Avenida Presidente Vargas, 509/10º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2221- 5775
www.recall-ledger.com.br

Olhos no mercado.

*Hyung Mo Sung**

O mundo está com os olhos no Brasil: somos o país do dos grandes eventos e das oportunidades. Experimentamos um momento de estabilidade econômica que até então não conhecíamos e a população observa a mudança sob um novo viés: está mais confiante e informada, o que direciona seus investimentos em seguros para automóveis, residências e aparelhos tecnológicos.

Tal comportamento foi replicado pelas corporações, sejam estas de pequeno ou grande porte. Elas hoje estão mais conscientes e abertas a planos que as ajudem a evitar intercorrências, já que um dos principais desafios de nosso país é viabilizar infraestrutura e desenvolver ferramentas que acompanhem tamanho desenvolvimento industrial. E, para isso, as empresas vivem uma incessante busca por eficiência operacional e minimização de impactos.

Diante deste cenário, o Grupo Zurich acredita no Brasil e aposta no país para desenvolver seus negócios. São mais de 140 anos de tradição e respaldo internacional que garantem expertise em aspectos técnicos, financeiros e de resseguro. A mudança do escritório regional para São Paulo – antes sediado em Miami/EUA – visa atender a demanda crescente de nossa região. Caminhando junto com a ascensão local, ampliamos a presença de nos quatro cantos do país. Atualmente contamos com 64 pontos no território nacional. Sabemos que o fortalecimento da marca e a qualidade dos produtos só acontecem com presença constante e proximidade com os clientes e corretores de seguros.

Nessa perspectiva, o portfólio de seguros é bastante diversificado e já não oferece soluções apenas para proteção ou reposição de um produto, mas viabiliza e dá credibilidade aos negócios como um todo.

> ***"Com os olhos no mercado e em suas necessidades, observo que o seguro é, mais do que nunca, instrumento de fidelização dos consumidores. Essa afirmação fica clara com as parcerias firmadas com as grandes redes".***

Assim, trabalhamos com suporte desde a gestão das organizações, passando pelo oferecimento de benefícios a custos reduzidos para os colaboradores, até chegar à proteção dos executivos.

O Directors and Officcers, ou D&O, é um produto de responsabilidade civil amplamente contratado para proteger financeiramente executivos e diretores. Ele cobre multas, indenizações e outros passivos (fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, etc.) da empresa que venham recair sobre o patrimônio pessoal dos segurados. O produto arca também com as despesas de defesa (judicial e administrativa) e cobre inabilitação para exercício do cargo e penhora online. A Zurich Seguros inovou e trouxe ao mercado o D&O One, que pode ser contratado diretamente por pessoas físicas e ainda permite a portabilidade do seguro.

Com a proximidade dos grandes eventos que o Brasil irá sediar (Jogos Olímpicos, Copas das Confederações e do Mundo) se fazem necessários avanços em infraestrutura que acompanhem a evolução do país. Cientes deste cenário, investimos em estudos, qualificação de profissionais e novos produtos. Na área corporativa de Seguros Gerais, temos experiência na avaliação e no gerenciamento de riscos em seguros para grandes obras e somos responsáveis pelo seguro de quatro estádios que sediarão jogos da Copa do Mundo de 2014.

Ainda no ramo corporativo, temos vasta experiência em soluções diversas. Especialmente no segmento de engenharia de riscos, mais do que oferecer o produto 'seguro', prestamos às empresas consultorias especializadas com o objetivo de mitigar a ocorrência de sinistros. Todo o suporte é fornecido por meio de estudos e análises preventivas que, certamente, representam uma vantagem competitiva tanto para nossos clientes quanto para nós mesmos.

Com os olhos no mercado e em suas necessidades, observo que o seguro é, mais do que nunca, instrumento de fidelização dos consumidores. Essa afirmação fica clara com as parcerias firmadas com grandes redes varejistas como Vivo, Casas Bahia e Eletrosom, por exemplo. A ideia da Zurich Seguros é trabalhar junto com a empresa, lado a lado.

Com metas ajustadas e muitos planos, neste ano seguiremos trabalhando para que a marca esteja ainda mais presente entre os públicos e para cumprirmos o objetivo de nos tornamos a melhor seguradora segundo nossos clientes, acionistas e colaboradores.

**** CEO de Seguros Gerais da Zurich Seguros no Brasil.***

11ª Rodada de Petróleo e Gás Natural define regras.

*Rosane M. Lohbauer, Rodrigo S. Barata e Fernando B. Gallacci**

A 11ª rodada de licitações para concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural está finalmente saindo do papel. Para continuar o desenvolvimento do setor petrolífero, a Agência Nacional do Petróleo ("ANP") publicou no Diário Oficial da União do dia 24/01/2013, o aviso de **Audiência Pública nº 02/2013** e da **Consulta Pública nº 02/2013** com o objetivo de "obter subsídios e informações adicionais sobre o Pré-Edital e a minuta do Contrato de Concessão da Décima Primeira Rodada de Licitações".

Segundo o cronograma publicado, a Audiência Pública ocorreu no último dia 19 de fevereiro, no auditório da Escola Superior de Guerra Naval/RJ. A Consulta Pública, já iniciada, terá a data da audiência como marco de encerramento. Após essas etapas, espera-se a publicação das versões definitivas do Edital e do Contrato. Cumprido esses prazos, estima-se que a apresentação das propostas dos licitantes ocorrerá entre os dias 14 e 15 de maio.

O procedimento licitatório seguirá os mesmos padrões já adotados pela ANP. Desta forma, poderão participar licitantes nacionais e/ou estrangeiros, individualmente ou em consórcio. Neste último caso, cada consorciada deverá deter, no mínimo, 5% de participação, com exceção do operador, cujo percentual mínimo é de 30%. O acesso ao pacote de dados dos blocos só será disponibilizado após os licitantes apresentarem à ANP manifestação de interesse, bem como o comprovante de pagamento da taxa de participação. O julgamento da licitação, por bloco, obedecerá ao critério de maior pontuação, com a seguinte composição: bônus de assinatura (40%); conteúdo local (20%); e Programa de Exploração Mínimo (40%).

A nova rodada de licitação trouxe algumas inovações se comparada à última, realizada em 2008. Destacam-se as seguintes: (i) as taxas de participação da licitação foram elevadas, chegando, por exemplo, ao valor de R$ 125.000,00 pela Bacia do Ceará – Águas

Profundas; (ii)aumento das exigências de patrimônio líquido mínimo para todas as classes de operadores dos blocos: classe A – R$ 107.000.000,00; classe B – R$ 59.000.000,00; e classe C – R$ 3.800.000,00; (iii) acréscimo nos valores de garantia por bloco, chegando a R$ 524.000,00; (iv) maior relevância ao critério ambiental na pontuação de qualificação técnica do Operador, passando para mais de 10 pontos no cômputo geral; e (v)alteração na metodologia de cálculo da penalidade por descumprimento das regras de conteúdo local.

Em que pese as publicações, ainda restam dúvidas acerca dos recentes anúncios do Governo Federal sobre a inclusão de mais 117 blocos na nova rodada, totalizando 289 blocos em licitação. Essa proposta ainda pende de avaliação do Conselho Nacional de Política Energética, o que poderá gerar alteração nas datas para a realização da licitação. Além da proposta de inclusão dos novos blocos, o Governo Federal também anunciou datas preliminares para a realização da primeira rodada de licitações do pré-sal (regime de partilha de produção): 28 e 29 de novembro/2013; assim como para realização de uma rodada de blocos de gás e óleo não convencionais: 11 e 12 de dezembro/2013.

Os documentos e informações estão disponíveis no site das rodadas de licitação: http://www.brasil-rounds.gov.br/round11/portugues_r11/edital.asp

**** Rosane Menezes Lohbauer, Rodrigo Sarmento Barata e Fernando Bernardi Gallacci são, respectivamente, sócia, associado e integrante do Madrona Hong Mazzuco Brandão – Sociedade de Advogados (MHM)***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2013/2015 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Ary da Silva Graça Filho, João Carlos França de Luca, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto Castello Branco, Roberto Procópio de Lima Netto e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *José Carlos Monteiro*
1º Vice-presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidentes - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Gustavo Damazio de Noronha, João Carlos Peixoto de Lima, José Octávio Vianello de Mello, Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *João Carlos Reichmann Mader*

Membros - *Claudio Roberto Contador e José Carlos Fardim,*

Suplentes - *Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Diretoria Adjunta
Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz, Roberto Haddad e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Monsanto - Sérgio Zacchi
Banco de imagens Red Design.

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Mais de 100 milhões de passageiros voaram em 2012, segundo dados da ANAC.

Número é 9,48% maior do que 2011, considerando voos domésticos e internacionais

O número de passageiros transportados na aviação civil no Brasil superou a marca dos 100 milhões, de acordo com levantamento feito pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foram 101.354.228 usuários do transporte aéreo que embarcaram em voos domésticos e internacionais. Comparado ao ano anterior, que registrou 92.574.975 passageiros, a alta é de 9,48%.

A pesquisa considerou os passageiros de aviação regular e não regular, pagos e gratuitos, além daqueles oriundos de programas de milhagem, contabilizados pelas companhias aéreas brasileiras e estrangeiras em todos os aeroportos do país. Resumindo, todos administrados pela Infraero, pela iniciativa privada e por prefeituras e governos estaduais.

Ainda segundo a agência, dos passageiros embarcados em 2012, 9.110.134 foram transportados em voos internacionais (com origem no Brasil) e 92.244.094 viajaram em voos domésticos. Na comparação com o ano anterior, voaram 304.766 passageiros a mais em voos internacionais e 8.474.487 a mais em voos domésticos.

"Superar a marca dos 100 milhões de passageiros é motivo de grande satisfação para a Agência, que tem como uma de suas metas trabalhar para ampliar o acesso ao transporte aéreo, sempre com os maiores níveis de segurança e com qualidade", avalia o diretor-presidente, Marcelo Pacheco dos Guaranys.

Para o executivo, o mercado de aviação doméstica no país crescerá 10% neste ano, em relação a 2012. "A aviação no Brasil não para de crescer. Estimamos um crescimento de 10%, com base na projeção oficial de crescimento do PIB".

Ao mesmo tempo em que cresceu o número de passageiros transportados, o número de manifestações recebidas dos passageiros pela ANAC caiu 40% em 2012, também comparado a 2011. De acordo com o levantamento, no ano passado, foram 14.724 manifestações (críticas, reclamações, dúvidas e elogios), equivalentes a 0,015% do total de passageiros. Ou seja, houve uma manifestação para cada 6.883 passageiros ou uma manifestação para cada 82 voos.

A quantidade de passageiros embarcados é apurada com base nos dados estatísticos recebidos mensalmente das empresas aéreas, em cumprimento à Resolução nº 191/2011 da ANAC. No caso dos voos internacionais, os números contemplam empresas brasileiras e estrangeiras para voos com origem no Brasil.

Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
CORCOVADO
www.corcovado.com.br

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o T**erminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br